

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CÂMPUS FREDERICO WESTPHALEN - RS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO**

**FAMÍLIA E ESCOLA: SINERGIA DE PROPÓSITOS E PRÁTICAS  
COLABORATIVAS PARA TRANSPOR FRONTEIRAS EM FAVOR DA  
EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS**

**MARIA APARECIDA LOPES FAUSTINO**

**FREDERICO WESTPHALEN - RS**

**2023**

**MARIA APARECIDA LOPES FAUSTINO**

**FAMÍLIA E ESCOLA: SINERGIA DE PROPÓSITOS E PRÁTICAS  
COLABORATIVAS PARA TRANSPOR FRONTEIRAS EM FAVOR DA  
EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen – RS, como requisito final à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Nogaro

FREDERICO WESTPHALEN - RS

2023

**MARIA APARECIDA LOPES FAUSTINO**

**FAMÍLIA E ESCOLA: SINERGIA DE PROPÓSITOS E PRÁTICAS  
COLABORATIVAS PARA TRANSPOR FRONTEIRAS EM FAVOR DA  
EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Dissertação apresentado como requisito final à  
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-  
Graduação em Educação - Mestrado da Universidade  
Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -  
Câmpus de Frederico Westphalen - RS.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Arnaldo Nogaro (Orientador)**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jordana Wruck Timm**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Solange Beatriz Billig Garces**

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ.

Frederico Westphalen – RS, 08 de dezembro de 2023.

## **IDENTIFICAÇÃO**

### **Instituição de Ensino e Unidade**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Câmpus de Frederico Westphalen - RS

Rua Assis Brasil, nº 709, Bairro Itapagé, Frederico Westphalen - RS

CEP 98400-000

### **Direção do Câmpus**

Diretora Geral: Profa. Dra. Elisabete Cerutti

Diretor Acadêmico: Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo: Prof. Alzenir José de Vargas

### **Coordenação de Programa**

Programa de Pós-Graduação em Educação: Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco

### **Orientador**

Prof. Dr. Arnaldo Nogaró

### **Mestranda**

Maria Aparecia Lopes Faustino

### **Linha de Pesquisa**

Formação de professores, saberes e práticas educativas

### **Temática**

Educação Infantil: relação família e escola

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - RESULTADOS DA COMBINAÇÃO DOS DESCRITORES: “ESCOLA E FAMÍLIA” AND “EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS” .....	27
GRÁFICO 2 - RESULTADOS DO NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS .....	28
GRÁFICO 3 - REGIÕES DE ORIGEM DAS PESQUISAS SELECIONADAS.....	28
GRÁFICO 4 - ANO DE DEFESA DAS PESQUISAS .....	29

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1. ESCOLA E FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS .....	21
QUADRO 2. ESCOLA E FAMÍLIA, E PRÁTICAS COLABORATIVAS.....	24
QUADRO 3. PRODUÇÕES ACADÊMICAS RELACIONADAS AO TEMA DE PESQUISA .....	30
QUADRO 4. METODOLOGIA EVIDENCIADA PELAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS .....	32
QUADRO 5. AUTORES EM DESTAQUE DE ACORDO COM AS TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS .....	33
QUADRO 6. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO REPUBLICANO .....	63
QUADRO 7 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 2009 .....	65

## AGRADECIMENTOS

Nesse tempo mestrado foram muito os desafios e imprevistos. O caminho não foi fácil, muito estudo, esforço e empenho, porém foram momentos inesquecíveis, que levarei para sempre na minha memória, momentos de angústias, medos, alegrias, tristezas, dores, sabores e dissabores. Mas, suportei todas as adversidades por acreditar que acima de tudo isso existe um SER superior que nos fortalece, um ser Divino: DEUS! Por isso agradeço a ELE pelo Dom da VIDA, por me permitir viver e experienciar esse desafio que foi estudar para realizar o grande sonho tão almejado de ser MESTRA! Sem essa força Divina, nenhuma conquista seria possível.

Agradeço às pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais este sonho. Por isso, expresso aqui, através de palavras sinceras, a importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista. Minha sincera gratidão a todas elas. Agradeço a minha heroína, minha mãe Maria, que mesmo sem nunca ter ido para escola, viúva aos 31 anos de idade, criou 7 filhos, e sempre nos incentivou a estudar. A ela minha eterna gratidão.

Ao meu esposo Antônio Carlos, pela compreensão e ajuda, por ser privado em muitos momentos da minha companhia e atenção, pelo profundo apoio, me estimulando nos momentos mais difíceis.

Aos meus filhos Rafaela e Radman, meu neto Miguel, e minha nora Daniela, obrigada pelo carinho e ajuda, por desejarem sempre o melhor para mim, pelo esforço que fizeram para que eu pudesse superar cada obstáculo e chegar aqui. Agradeço principalmente, pelo amor imenso que vocês têm por mim.

Meu agradecimento a uma pessoa que me acompanha desde da Educação Infantil, a considero como filho do coração, Edivan Damacena. A você, que com muito carinho me emprestou seu *notebook* para eu fazer o mestrado, dizendo que não iria gastar comprando um computador neste momento, porque já estava gastando com os estudos e também com a saúde. Sou muito grata por tanta ajuda.

A cada um de vocês da minha família, sou eternamente grata por tudo que sou, por aquilo que consegui conquistar e pela felicidade que sinto.

Minha gratidão especial ao meu orientador, Prof. Dr. Arnaldo Nogaró, pela pessoa que é, por sua dedicação, um querido e grande profissional, que por muitas vezes, deixou de lado seus momentos de descanso para me orientar. Obrigada, por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo de todos esses quase dois anos de estudo. Acredito que Deus coloca as pessoas certas na hora certa na vida da gente. Sem a sua orientação, o seu apoio, paciência, compreensão, confiança, seu vasto conhecimento, sabedoria, e sua humildade, não

somente neste trabalho, mas em todo o caminho percorrido ao longo deste processo, nada disso seria possível. A você meu orientador, minha eterna GRATIDÃO.

Meus agradecimentos a duas amigas muito especiais que muito me incentivaram para fazer o mestrado. Mesmo eu com problemas de saúde, elas não desistiram de mim: Simone Rissato, hoje mestra e doutoranda pela URI, Neide Figueiredo, Mestra pela URI, gratidão.

Aos colegas da turma do mestrado no qual convivi durante esse tempo. Recordo com muito carinho do nosso saudoso colega José Sinézio (*in memoriam*), que infelizmente não teve a chance de concluir o mestrado. Desta turma fantástica onde nosso lema era “ninguém solta a mão de ninguém”, sugeriram amizades que lavarei para vida, em especial: Luciana Lede Peres Ruis, Maria Lúcia de Lacerda, Sandra Rosa Pinho - tive o prazer em recebê-las em minha casa durante as aulas de mestrado. Tânia Mendonça, minha amiga de longa data, Simone Cristina Cestari Shigaki, Clesensia Mesquita que tive o prazer em tê-la como minha professora de matemática - uma excelente profissional e uma pessoa de um coração generoso. Obrigada pela amizade, pela atenção e por vocês serem tão solícitas.

Meu agradecimento à Diretora Geral da URI, Profa. Dra. Elisabete Cerutti, pela competência e seriedade à frente desta conceituada Instituição. Ao Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares. Ao Diretor Administrativo, Prof. Alzenir José de Vargas.

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, a querida Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco, pelo compromisso, sabedoria, conhecimento e humildade em coordenar este Programa.

Agradeço a todos professores da URI, pela seriedade, competência, sabedoria, humildade em compartilhar conosco conhecimentos e experiências durante esse processo construção da dissertação do Mestrado.

Agradeço imensamente as meninas da secretaria da URI que tão prontamente sempre me atendeu com muito carinho, na pessoa da Lia.

Meus agradecimentos também aos profissionais da IBG, na pessoa do Juarez, pelo carinho que nos receberam durante esse tempo que estivemos de estudo nesta instituição. Foi através da IBG que conheci esta tão conceituada Universidade, a URI, onde muitos sonhos estão sendo realizados. Gratidão.

À Banca Examinadora: Profa. Dra. Solange Beatriz Billig Garces, Profa. Dra. Jordana Wruck Timm, meus agradecimentos pela oportunidade de apresentar a minha dissertação e pelo tempo dedicado à avaliação. Suas contribuições foram valiosas para o aprimoramento do meu trabalho.

A palavra de hoje a cada um que citei, se resume em GRATIDÃO!

## DEDICATÓRIA

Dedico ao meu pai, meu herói (*in memorian*) pela garra e ensinamento de vida que me deu e sobretudo, pelo exemplo de vida que me deixou mesmo eu tendo convivido com ele apenas 8 anos, foi suficiente para gravar na memória momentos inesquecíveis com ele.

Dedico também ao professor, líder religioso, esposo, Líbio Faustino Franco (*in memorian*), que foi meu companheiro por 25 anos, pai dos meus filhos. Representa um divisor de águas em minha vida, por tanta ajuda e incentivo. Deixou um grande legado a seguir. E ele minha eterna gratidão - dedico.

Dedico à uma professora apaixonada pela educação infantil, minha saudosa e querida irmã Iracema de Souza Lopes (*in memorian*), que foi tão prematuramente pra eternidade, deixando em mim um grande vazio. E ela, que também tinha esse sonho de cursar o mestrado, dedico essa minha conquista!

A escola é denominada como espaço formal, para onde as pessoas vão para prender saberes, conhecimentos, que não aprendem em outro local ou aprendem de uma forma diferenciada, o que faz com que ela seja valorizada enquanto instituição social que produz e reproduz saberes sistematizados. Se ela não se distinguisse de outros espaços e não oportunizasse outras formas de aprender, não teria razão de existir, não se sustentaria. Ela precisa fazer aquilo que faz com competência e qualidade diferenciada.

(Arnaldo Nogaró, 2008, p. 47)

## RESUMO

A presente dissertação “Família e escola: sinergia de propósitos e práticas colaborativas para transpor fronteiras em favor da educação das crianças”, está dentro da linha de pesquisa em “Formação de professores, saberes e práticas educativas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e do Grupo de Pesquisa Ética, educação e formação de professores. Tem como principal objetivo “Analisar o que trazem as referências sobre a participação das famílias na maximização da aprendizagem e na promoção do desenvolvimento integral das crianças na Educação da Infância”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental, cujos autores que dão sustentação, dentre outros, são: Amaro (2004), Ariès (2006), Azeredo (2020), Felden (2013), Guirardelli Júnior (2001), Maior (2005), Minuchin (1982), Noronha (2017), Oliveira (2010), Santos e Toniosso (2014), Silva (2021), dentre outros. É no seio da família que recebemos as primeiras orientações e dentre outros aspectos essenciais e centrais do desenvolvimento, a afetividade, o comportamento, recebemos os cuidados básicos do dia a dia. No desenvolvimento e crescimento humano, soma-se à família, a escola, espaço e tempo para que as crianças consigam aprender o que necessitam para o percurso de suas vidas. Para que isso ocorra é importante que cada segmento tenha consciência de sua função e tenha claro o papel a desempenhar, agindo com sintonia de propósitos. São muitos os desafios decorrentes dessa relação a serem enfrentados para que o objetivo da educação seja alcançado. O cenário do século 21, com transformações de diferentes naturezas, faz emergir questionamentos a respeito das responsabilidades da família e da escola na educação das crianças. Os primeiros anos da vida da criança são carregados de profundo significado e de grande aprendizagem, neles ocorre a assimilação de hábitos, valores e atitudes que são fundamentais para a vida em comunidade e para a interação social. A família precisa ser proativa na vida da criança, estendendo-lhe todas as condições para que cresça e se desenvolva de forma plena. A escola tem a incumbência de ser o ambiente que acolhe e orienta a criança, desenvolve a cultura do estudo e intervém, quando necessário, para que ela adquira o conhecimento que seja significativo em sua vida como cidadão. Conclui-se que, as estratégias estabelecidas nessa pesquisa são de extrema importância para o sucesso da formação educacional das crianças nas infâncias, e que todas as realidades experienciadas por elas em seu ambiente escolar e familiar precisam ser (re)conhecidas por ambas as instituições para que, em sinergia, construam pontes que suportem a formação que elas precisam para atuarem nos dois ambientes e na sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Família. Escola. Sinergia de propósitos.

## ABSTRACT

This dissertation, "Family and school: synergy of purposes and collaborative practices to cross boundaries in favor of children's education", is part of the research line "Teacher training, knowledge and educational practices" of the Postgraduate Program in Education at the Integrated Regional University of Alto Uruguai and the Missions and the Research Group Ethics, education and teacher training. Its main objective is "To analyse what the references say about family participation in maximizing learning and promoting the integral development of children in Early Childhood Education". This is a qualitative bibliographical and documentary study, whose supporting authors include: Amaro (2004), Ariès (2006), Azeredo (2020), Felden (2013), Guirardelli Júnior (2001), Maior (2005), Minuchin (1982), Noronha (2017), Oliveira (2010), Santos and Toniosso (2014), Silva (2021), among others. It is within the family that we receive our first guidance and, among other essential and central aspects of development, affectivity, behavior and basic day-to-day care. In human development and growth, in addition to the family, there is the school, a space and time for children to learn what they need for the rest of their lives. For this to happen, it is important for each segment to be aware of its role and to be clear about the part it has to play, acting in harmony. There are many challenges arising from this relationship to be faced if the goal of education is to be achieved. The 21st century scenario, with transformations of different kinds, raises questions about the responsibilities of the family and the school in the education of children. The first few years of a child's life are filled with profound meaning and great learning. They are where habits, values and attitudes are assimilated that are fundamental for life in a community and for social interaction. The family needs to be proactive in the child's life, giving them all the conditions, they need to grow and develop fully. The school has the task of being the environment that welcomes and guides the child, develops a culture of study and intervenes, when necessary, so that the child acquires the knowledge that will be significant in their life as a citizen. It is concluded that the strategies established in this research are extremely important for the success of children's educational training in childhood, and that all the realities experienced by them in their school and family environments need to be (re)known by both institutions so that, in synergy, they can build bridges that support the training they need to act in both environments and in society in general.

**Keywords:** Family. School. Synergy of purpose.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
1.1 Explicitando as inquietações enquanto educadora e pesquisadora .....	18
1.2 Levantamento de produção científica.....	20
1.3 Análise dos resultados encontrados na pesquisa sobre o Estado do Conhecimento ..	26
1.4 Relevância dos resultados encontrados na pesquisa .....	30
<b>2 MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>38</b>
2.1 Opção e concepção de pesquisa .....	38
2.2 Pressupostos teórico-metodológicos.....	39
2.3 Desenho metodológico da pesquisa .....	42
2.4 Escolha dos instrumentos de coleta e análise dos dados .....	43
<b>3 GÊNESE HISTÓRICA DA CATEGORIA “FAMÍLIA” E SUA EVOLUÇÃO SOCIOLOGICA .....</b>	<b>46</b>
3.1 Gênese e tessitura histórica da categoria família.....	46
3.2 Desenvolvimento sociológico da categoria família.....	54
<b>4 A EDUCAÇÃO FORMAL E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA .....</b>	<b>62</b>
4.1 Aspectos históricos e legais da Educação Brasileira .....	62
4.2 A função social da escola.....	70
<b>5 AS ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS INFÂNCIAS.....</b>	<b>75</b>
5.1 Cenário nas bibliografias .....	75
5.2 Papel do professor e da família nas infâncias .....	78
5.3 Estratégias para a maximização da aprendizagem e do desenvolvimento integral da criança .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

A família é a primeira instituição social na qual iniciamos nosso processo natural de desenvolvimento e aprendizagem. É também no seio familiar que recebemos as primeiras orientações e dentre outros aspectos essenciais e centrais do desenvolvimento, a afetividade, orientações e cuidados em relação ao comportamento, também os cuidados básicos do dia a dia. Ao ingressarmos na escola de educação infantil, ampliamos nossa vivência, recebendo cuidados e educação adicionais na primeira infância. A transição para esse ambiente escolar representa uma extensão significativa do processo iniciado pela família. É fundamental destacar como as experiências na escola complementam e enriquecem o desenvolvimento iniciado no seio familiar.

Os cuidados básicos não se resumem ao banho e alimentação na hora certa, mas, a proporcionar o bem-estar de modo geral, respeitando a faixa etária, de modo a beneficiar o pleno desenvolvimento da criança, desde seu acolhimento e de sua família na unidade escolar. Os aspectos educacionais devem se organizar no mesmo sentido, em se contando com o apoio, o acompanhamento e a participação da família durante todo o ano letivo.

Ao estudar a importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno, Crepaldi (2017) constatou que a maioria das famílias mantém o pensamento de que a escola de educação infantil (de 0 a 5 anos) é o lugar no qual os pais deixam seus filhos enquanto trabalham, por isso o desinteresse em participar do cotidiano escolar. Segundo essa mesma estudiosa:

A família representa o alicerce para que o indivíduo construa uma boa estrutura social, pois é dentro do espaço familiar que a criança determina os primeiros relacionamentos, que depois abrangerá a escola e pôr fim a sociedade. Por isso, a participação da família na vida da criança é de suma importância, é ela que servirá de modelo de relacionamentos para que, mais tarde, ela se relacione com outras pessoas. Não cabe, portanto, à escola a tarefa básica de educar, mas sim à família, é ela que deve proporcionar as noções de limites e respeito, para que a criança possa desenvolver os valores morais e comportamentais básicos. (Crepaldi, 2017, p. 2).

Neste contexto, o termo “educar” dentro do ambiente escolar engloba o ato de ensinar conhecimentos, diferentemente de se limitar apenas ao desenvolvimento de hábitos e valores, os quais também são cultivados por meio das atividades escolares, especialmente as lúdicas, na educação infantil. Essa distinção muitas vezes causa confusão em relação ao verdadeiro significado do termo. É preciso desmistificar que a tarefa de cuidar, educar e ensinar cabe à escola, e aos pais, somente saber o resultado quando o dia letivo chega ao fim.

“Alguns(as) professores(as) conhecem mais sobre o(a) aluno(a) que a própria família que, em muitos casos, surpreende-se ao ser chamada na escola para ouvir certos comentários em relação ao(à) filho(a)”, comenta Crepaldi (2017, p. 6). Complementando, Monteiro (2016, p. 1) afirma que “[...] quando uma criança não recebe dos pais preceitos básicos de educação, existe a possibilidade de tornar-se um adulto sem referências.”.

Santos e Toniosso (2014) discutiram sobre “A importância da relação escola-família”, destacando os desafios decorrentes dessa relação para que o objetivo da educação seja alcançado. O desafio está no fato da crença dos professores em relacionar o desempenho escolar à participação dos pais na vida escolar da criança, especificamente, nas condições que a família oferece para que o sucesso escolar seja alcançado.

Os autores acima referenciados buscaram reconhecer as contribuições históricas que tratam da função social da família e a escola. Nesse contexto, resgatam o valor da família desde o seu conceito às transformações ocorridas na sociedade que acabaram por conferir à escola mais que ensinar.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) também definiram o conceito de família, suas composições e função, bem como a interdependência entre escola e família, sob dois enfoques: sociológico e psicológico. Questionaram a quem cabe a responsabilidade da relação escola e família, argumentando o desafio que é valorizar os aspectos positivos provenientes desta quanto ao processo educativo.

Diante das afirmações de Crepaldi (2017) e Monteiro (2016) somadas às experiências vivenciadas enquanto professora na educação infantil e dos anos iniciais, observamos que a participação da família é essencial no desenvolvimento pleno das crianças. Os pais ou os responsáveis precisam se conscientizar e sentirem o quão importante é a presença deles na vida familiar e escolar de seus filhos, desde a educação infantil. Estas evidências nos levam ao problema de nossa pesquisa: **Qual o panorama atual de publicações relacionadas à parceria colaborativa das famílias na Educação da Infância para a efetivação da aprendizagem e desenvolvimento pleno das crianças?**

A definição do problema vincula-se primordialmente aos objetivos que se tem, à maneira de se formulá-lo, ao alcance pretendido quanto aos resultados. Não é possível eliminar pura e simplesmente formas de coleta de dados para pesquisa, sem uma discussão teórico-metodológica aprofundada sobre os significados a alcançar (Gatti, 2006).

Com base em Gatti (2006), para encontrar respostas a este questionamento definimos como principal objetivo: **“Analisar, no período de 2012 a 2021 o que traz a literatura sobre**

## **a parceria colaborativa das famílias na maximização da aprendizagem e na promoção do desenvolvimento integral das crianças na Educação da Infância”.**

Entendemos a maximização da aprendizagem como fruto de uma ação colaborativa entre escola e família em busca de estratégias que auxiliem as crianças a atingirem o máximo potencial de aprendizagem, o que envolve uma série de elementos próprios da Educação, como a oferta de um ambiente escolar propício ao seu pleno desenvolvimento. Dessa forma, para a plena realização da investigação, o objetivo geral vem complementado pelos objetivos específicos:

- Sistematizar aspectos históricos do conceito “família”;
- Contextualizar a escola como espaço de formação humana;
- Descrever a participação da família nos diferentes momentos de cuidados e aprendizagens das crianças;
- Pontuar aspectos que contribuem para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças a partir da sinergia de propósitos e práticas colaborativas entre escola e família.

Para cumprir o que está posto em relação a esta dissertação, a arquitetura do texto assim está constituída:

Seção 1: Apresenta o contexto geral da pesquisa, identificando o tema, o problema e os objetivos do estudo.

Seção 2: Aborda o contexto e a motivação à pesquisa, em quatro subseções: na primeira explica as preocupações e questionamentos da pesquisadora como educadora; na segunda, descreve o levantamento da produção científica relacionado ao tema; na terceira, discute a análise dos resultados do levantamento da produção encontrada; na quarta e última subseção, ressalta a relevância dos resultados encontrados.

Seção 3: Apresenta o método de pesquisa, detalhando-o em quatro subseções, na seguinte sequência: (1) explica a opção e a concepção da pesquisa; (2) apresenta os pressupostos teórico-metodológicos; (3) discute o desenho metodológico da pesquisa; (4) aborda a escolha dos instrumentos de coleta e análise de dados.

Seção 4: Apresenta a gênese histórica da categoria “família” e sua evolução na perspectiva sociológica.

Seção 5: Discute a educação formal e a função social da escola por meio das seguintes ações: (1) examina aspectos históricos e legais da educação no contexto brasileiro; aborda a função social da escola na sociedade.

Seção 6: Debate a relação família e escola quanto à sinergia de propósitos e práticas colaborativas na educação das crianças ao discutir como essas duas entidades colaboram na educação das crianças.

Considerações Finais: Apresenta as conclusões e os principais pontos discutidos ao longo da pesquisa.

Referências: Lista todas as fontes e referências bibliográficas citadas ao longo do trabalho.

Desta forma, acreditamos poder dar conta do objetivo proposto para esta investigação.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esta seção está constituída por argumentos que sustentam as razões da investigação proposta, explicita as inquietações da pesquisadora e apresenta o estado do conhecimento sobre o tema objeto da investigação. A análise a seguir oferece uma análise fundamentada dos aspectos considerados e conduz a uma abordagem mais aprofundada da investigação.

### 1.1 Explicitando as inquietações enquanto educadora e pesquisadora

A pesquisa aqui proposta é fruto de minhas inquietações pessoais<sup>1</sup> que emergiram a partir de uma experiência vivida, enquanto professora nas redes municipal e estadual de Rondonópolis/MT. Nascida em Barra do Bugres MT, viúva mãe de dois filhos, residente na cidade de Rondonópolis-MT, professora efetiva nas duas redes, municipal e estadual, atuo no Município como professora da Educação Infantil e no Estado na Unidocência.

Em 1994 eu ainda cursando o ensino médio, recebi uma proposta de emprego da Multinacional Francesa; Plantações Eduardo Michelin para trabalhar como monitora da creche, e lá, as mães seringueiras deixavam seus filhos às 5 horas da manhã para ir trabalhar na extração do látex. Era uma Unidade de Educação Infantil da própria empresa. Aceitei o desafio e dali surgiu uma paixão pela Educação, e mais ainda pelos pequenos da educação Infantil. Pensando em continuar na área da Educação senti a necessidade de continuar meus estudos e já pensando em ingressar numa faculdade para seguir minha vida profissional, e assim contribuir com uma educação de qualidade e significativa para todos.

Entre os anos 2001 e 2004 me graduei em Pedagogia, pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Posteriormente, entre os anos de 2005 e 2007 cursei Especialização em Psicopedagogia Institucional pelo Centro de Ensino Superior de Rondonópolis CESUR; e, agora em 2022 estou tendo a grande oportunidade, há tempo sonhada, em dar um salto na qualidade de minha formação que é realizar o curso de Mestrado em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e, com essa motivação e anseio por uma Educação de qualidade, percebi que se faz necessário o aprimoramento da formação de um professor que é um instrumento de qualificação para a sua prática pedagógica.

---

<sup>1</sup> Nesta seção, gostaria de compartilhar os argumentos que fundamentam as motivações por trás da proposta de pesquisa, expressando minhas próprias inquietações e questionamentos. Além disso, apresentei o panorama atual do conhecimento sobre o tema que está sendo investigado. Esta seção será escrita na primeira pessoa, proporcionando uma abordagem mais pessoal e envolvente para explorar os motivos subjacentes à pesquisa e a jornada de busca por compreensão e conhecimento.

Diante do caminhar acadêmico e passando por vários aspectos desafiadores existentes, ainda mais nesse momento ímpar em que ainda estamos vivendo que é da pandemia da COVID-19, estamos em tempos de transformação digital, as habilidades desenvolvidas por nós professores e aplicadas no ensino precisaram ser repensadas e redimensionadas. E para adequar às demandas da sociedade atual, a educação brasileira vem passando por contínuas transformações que impactam diretamente a formação do professor, construindo um novo perfil de docente aberto para a aprendizagem contínua. Nesta perspectiva a educação vem sendo transformada e ressignificada, fazendo-me refletir a necessidade em dar continuidade ao meu estudo que é a busca pelo curso em nível de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado).

Sendo assim estudo com dedicação para ter uma aprendizagem reflexiva e significativa, permitindo a busca constante por compreender o tema que desenvolvi - mostrar por pesquisas, referenciais teóricos: “Família e escola: sinergia de propósitos e práticas colaborativas para transpor fronteiras em favor da educação das crianças”. Investigar e trabalhar um novo olhar para a educação no “entrelugar”, não apenas com a efetiva participação dos pais na vida escolar de seus filhos, mas, como a equipe gestora e os professores e a relação dos pais no espaço escolar e suas contribuições e comprometimento no desenvolvimento do ensino aprendizagem das crianças, dos alunos, enfim, da infância.

O Mestrado em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI agregará à minha vida acadêmica uma formação primorosa e, desse modo, será um embasamento científico para a transformação da minha vida profissional e pessoal, permitindo que eu me torne uma profissional mais afetiva e apta a trabalhar com as crianças desde a Educação Infantil até os anos iniciais da unidocência, e também a entender e compreender melhor os motivos da não participação de muitos pais na vida escolar de seus filhos, tendo o cuidado e o olhar sensível, levando em consideração todo contexto histórico familiar.

Como a pesquisa se constitui em um trabalho de natureza científica, os argumentos e justificativas também necessitam caminhar nesta direção demonstrando a necessidade de seu estudo e seu potencial de contribuição para o campo de conhecimento da área, o que me levou à produção do estado do conhecimento para identificar produções existentes e similares ao objeto dessa pesquisa ou a carência de pesquisas, comprovando a premência de tratar deste tema.

Na ótica de Ghedin e Franco (2011, p. 67), o principal critério de cientificidade do método de pesquisa “[...] é a capacidade dele de alimentar e fecundar seu objeto de estudo, apontando caminhos de desvelamento e autoconhecimento oxigenadores do processo de

transformação desse objeto, que deve cada vez mais adequar-se aos desafios constantes da mutabilidade da realidade social”. Seguindo o mesmo raciocínio dos autores, o que resulta de um trabalho de pesquisa é uma forma de ver e de perceber a realidade com um olhar particular, sem deixar de revelar e demonstrar o contexto bem mais amplo que permite à realidade evidenciar-se por intermédio do pesquisador.

## **1.2 Levantamento de produção científica**

O levantamento de produção científica desempenha um papel crucial na realização de uma pesquisa, fornecendo uma base sólida de conhecimento existente sobre o tema em questão. Conforme destacado por Severino (2013, p. 73), a análise da produção científica anterior permite ao pesquisador identificar lacunas, tendências, debates e avanços na área de estudo. Essa etapa é essencial para a definição do objeto de pesquisa, o delineamento dos objetivos e a formulação de hipóteses.

Essa ação, conforme expõe Severino (2013), fornece uma compreensão ampla e atualizada do estado da arte ou estado do conhecimento, permitindo ao pesquisador evitar a duplicação de esforços e abordar questões que ainda não foram suficientemente exploradas. Ao analisar as diferentes perspectivas e abordagens presentes na literatura, o pesquisador pode enriquecer sua própria análise e contribuir para o avanço do conhecimento na área.

Severino (2013) argumenta que o levantamento bibliográfico oferece suporte teórico, e ajuda a moldar o percurso metodológico da pesquisa; as abordagens e métodos utilizados em estudos anteriores podem servir de inspiração e guia para o pesquisador em sua própria metodologia.

Nesse contexto, para a construção do estado do conhecimento consultamos o banco de publicações científicas da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para que assim, pudéssemos elaborar novos conhecimentos a partir do que já se tem sobre o tema que debateremos. Selecionamos as publicações do período de 2012 até 2021. Esclarecemos que o refinamento na busca de publicações da CAPES é de extrema importância para o levantamento de produção científica, pois permite direcionar e delimitar os resultados de acordo com critérios específicos.

Na busca com os descritores “escola e família” AND “educação das crianças”, a princípio encontramos 193 publicações. Fizemos o refinamento na busca considerando os seguintes critérios: tipo (Mestrado e Doutorado em Educação), grande área do conhecimento (educação), área do conhecimento e de avaliação (Educação), área de concentração e nome do

programa (Educação). Diante desse refinamento chegamos a 02 publicações, sendo 01 de Mestrado e 01 de Doutorado, conforme quadro que segue.

Quadro 1 - Escola e família e educação das crianças

Descritores: “escola e família” AND “educação das crianças”				
Tipo	Título	Autores	Ano / Instituição	Resumo
Doutorado em Educação	A relação escola e família: análise de uma política em construção	Freitas, Fernanda de Lourdes de.	2016 Universidade Estadual de Campinas	Pesquisa realizada numa escola em Hortolândia – SP, com foco no Programa Interação Família e Escola Conhecer para Aprender - aproximar famílias e escolas através de visitas feitas por professores. Objetivos: descrever e analisar as alterações de paradigmas referentes à relação escola e família. Aplicação de 191 questionários para professores e 36 gestores participantes do Programa, e 15 entrevistas com famílias que receberam o professor visitador. É possível alterar paradigmas que perpassam a relação entre famílias e escolas, marcados pelos preconceitos e tensões. Essa alteração depende da instauração de um processo que rompa com a função reprodutora da escola e, o Programa analisado é uma metodologia que possibilita isso.
Mestrado em Educação nas Ciências	O lugar da infância no contexto familiar e social: Percursos construídos no município de Três Passos/RS	Pinto, Carine Isabel Both.	2019 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Objetivo: refletir sobre o lugar da infância no contexto familiar e social. Pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as famílias participantes, e quatro narrativas familiares escolhidas - um caderno de memórias produzido no decorrer de dez anos de

				<p>atuação na Secretaria Municipal de Educação de Três Passos. Revelou-se as trajetórias construídas nos anos de 2009 a 2016 para a ampliação do acesso das crianças às escolas da infância.</p> <p>Conclusão: a infância é encantadora e ela está em todos os lugares. Destaca-se ainda experiência de ampliação do acesso das crianças à escola infantil no Município de Três Passos apresentando-o como um lugar qualificado, de oportunidades para as crianças.</p>
--	--	--	--	---

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2022).

As duas publicações constituem-se como de nosso interesse devido aos critérios de busca utilizados, no sentido de garantir a qualidade dos conteúdos analisados, o que reforça a confiabilidade e a validade das informações emitidas a partir dessas publicações.

Trata-se do estudo realizado por Pinto (2019). A princípio, a autora escolheu três unidades de EMEI - Escolas Municipais de Educação Infantil de Três Passos – RS, descrevendo cada uma desde a sua criação, passando pela estrutura física e humana, quantidade de crianças acolhidas e, de forma breve, a participação da família no contexto escolar. Em seguida descreve os sujeitos da pesquisa, como sendo as famílias sorteadas das três escolas, cujas crianças representam Berçário I e Maternal II, as quais marcam a entrada na educação infantil, e a despedida desta etapa de ensino nas EMEIs. São as famílias das crianças: Murilo, Leonardo, Ana Cláudia, Felipe, Kaik e Emanuely. “Os sujeitos da pesquisa receberam nomes fictícios e suas falas, seus posicionamentos e expressões, foram por mim registrados de forma a manter a riqueza presente no cotidiano, onde a vida acontece cheia de perspectivas.”, afirma Pinto (2019, p. 41).

Cada uma das três famílias é descrita desde o início do namoro dos pais, passando pela situação econômica, profissão, o nascimento dos filhos, atividades realizadas em casa, lazer e outros. As famílias foram entrevistadas em suas casas. Após as entrevistas, buscou-se os elementos comuns e aqueles que representassem a forma como as famílias organizam sua rotina e concebe a escola de educação infantil neste contexto. Assim, Pinto (2019) analisou as

famílias, desde o nascimento dos filhos, considerando três eixos: necessidades, direitos e desafios.

Pinto (2019) analisa as principais transformações que ocorrem no seio familiar quando se descobre uma gravidez: transformação da rotina, do corpo da mãe, a nova estrutura, a solidez de um lar, o acolhimento ao filho, a relação com a sociedade e com a escola. Sobre a relação família e escola, a autora busca respostas à pergunta: “Quando esta relação passou a existir?”. Nesse momento, descreve a própria história de vida, entrelaçada com a fala de pessoas que fazem parte de sua vida, parte da rotina, os cuidados. E a autora parte para a os cuidados que acontecem nas creches, destacando os aspectos legais e econômicos que levaram à criação desse tipo de instituição. E analisa a escola da infância como um lugar aos que chegam ao mundo, como lugar da infância no contexto familiar e social: lugar de cuidados. Ao que Pinto (2019, p. 71), argumenta:

Família e escola representam lugares diferentes que acolhem a mesma criança e ao mesmo tempo diversas culturas. A relação que se constrói neste espaço é fundamental, pois representa mais um dos lugares onde a criança irá crescer e se desenvolver. O diálogo respeitoso entre estas esferas representa segurança, o que na educação das crianças é fundamental.

A citação acima afirma exatamente o que queremos discutir e defender: escola e família como uma relação construída para o pleno crescimento e desenvolvimento da criança, na qual o bem comum é a sua educação (formação integral). Pinto (2019) analisa como as escolas da educação infantil (de Três Passos) funcionam: acolhimento, horário de funcionamento, relação com a criança e sua família, as rotinas e os desafios.

Ao final da pesquisa, Pinto (2019) conclui que além de ser uma necessidade, a participação da família na escola é também um privilégio, por possibilitar à criança, a experiência de conviver com outras crianças. E representa uma relação que se compromete com a história de cada um nos seguintes aspectos: a origem, o contexto familiar, suas condições e prioridades. São desafios que escola e família podem resolver juntas.

O estudo realizado por Freitas (2016) desenvolve-se a partir de uma política pública em andamento no município de Hortolândia-SP, denominada Programa Interação Família e Escola Conhecer para Aprender, cujo objetivo é aproximar famílias e escolas através de visitas feitas por professores, e assim analisar as alterações de paradigmas referentes à relação entre ambas as instituições responsáveis pela formação da criança. A autora descreve a relação escola e família como permeada de conflitos, preconceitos e tensões. E tudo isso pode ser mudado quando se estabelecer algum tipo de parceria colaborativa que altere os paradigmas da cultura

da falta de comunicação efetiva entre escola e família. Romper com as ausências da fala, da presença física, do compromisso.

Na busca com os descritores “escola e família” AND “práticas colaborativas” AND “educação das crianças” **nenhuma publicação** foi encontrada (Negrito nosso), o que sugere a possibilidade de uma lacuna na literatura acadêmica nessa interseção específica, podendo indicar uma área de pesquisa ainda pouco explorada ou potencialmente em evolução. Pode refletir a importância de explorar novas abordagens e perspectivas para promover a colaboração entre esses dois ambientes essenciais para o desenvolvimento educacional das crianças.

Para a busca de publicações com os descritores “escola e família” AND “práticas colaborativas”, adotamos os mesmos critérios de busca anterior, e encontramos duas dissertações de Mestrado, conforme quadro que segue.

Quadro 2 - Escola e família, e práticas colaborativas

Descritores: “escola e família” AND “práticas colaborativas”				
Tipo	Título	Autores	Ano / Instituição	Resumo
Mestrado em Desenvolvimento Regional	Projeto Roma: uma alternativa para potencializar a aprendizagem de crianças com síndrome de down.	Cordeiro, Roseli de Mira.	2014 Universidad e Federal do Amapá	Objetivo: analisar de que maneira o conhecimento da filosofia do projeto Roma pode contribuir com a relação escola e família no processo de ensino da criança com síndrome de Down. E como as estratégias metodológicas desse projeto potencializam práticas colaborativas rompendo com o isolamento no contexto escolar e familiar. Pesquisa-ação, com informações empíricas registradas em meio digital, no formato MP3. Participaram da pesquisa: 06 pessoas: 05 do setor de educação e 01 mãe de aluno com síndrome de Down. Conclusão: a ausência de relação de cooperação entre escola-campo e família, a existência de desarticulação nas ações no âmbito escolar e desta com a família, resultam em dificuldade no processo de ensino e

				aprendizagem da criança com síndrome de Down.
Mestrado em Educação	Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo.	Bittencourt, Daniele Francisca Campos Denardin de.	2021 Universidade Federal de Santa Maria	<p>Objetivo: avaliar indicadores de Parceria Colaborativa entre família e escola e investigar a presença de indicadores de Parceria Colaborativa nestes contextos, quanto ao planejamento e desenvolvimento das intervenções pedagógicas com alunos com Transtorno do Espectro Autista.</p> <p>Estudo realizado em três escolas públicas no município de Santa Maria - RS. Participantes: oito professoras e cinco pais de crianças com autismo. Os indicadores de Parceria Colaborativa foram identificados através de uma revisão conceitual, que, posteriormente serviram de base para a elaboração de um questionário para Avaliar Indicadores de Parceria Colaborativa entre Pais e Professoras.</p> <p>Conclusões: é importante considerar os interesses e preferências educacionais dos filhos/alunos para que as intervenções pedagógicas sejam adaptadas, auxiliando, o trabalho docente e promovendo práticas colaborativas para impulsionar o desenvolvimento da aprendizagem do filho/aluno. O contato frequente entre pais e professoras é um fator determinante para a efetiva relação de Parceria Colaborativa.</p>

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2022).

Ambos os estudos são interessantes por reconhecerem a importância da relação escola e família quando essa pauta-se em práticas colaborativas construídas a partir do que se encontra nessa relação, no contato, no diálogo, nos questionamentos formalizados, na busca do

atendimento às necessidades dos alunos – independente de possuírem ou não algum tipo de deficiência. Ambas as pesquisas afirmam que a divisão de responsabilidades para planejar, instruir, avaliar e reavaliar os procedimentos de ensino e aprendizagem na educação das crianças é um fator positivo, principalmente, para o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Aqui, a sinergia se faz presente.

Vimos que estas publicações tratam a parceria entre família e escola como um elo fundamental para o desenvolvimento educacional da criança, de modo que a contribuição dos pais reflita favoravelmente na qualidade da aprendizagem formal das crianças. Escola e família trabalhando de forma harmônica e com o mesmo objetivo, é o que se deve buscar e praticar para bem formar o aluno.

Seguimos com a busca para os “propósitos e práticas colaborativas” AND “educação das crianças”. **Nenhuma publicação** foi encontrada (Negrito nosso). No entanto, é importante ressaltar que a ausência de publicações científicas não desobriga ao desenvolvimento do estudo em questão. Isso indica que o tema específico abordado pelas palavras-chave utilizadas pode não ter sido ainda amplamente explorado na literatura acadêmica, o que não desqualifica a relevância do tópico. Em vez disso, isso destaca a oportunidade de preencher uma lacuna de conhecimento existente e contribuir para a compreensão do assunto.

### **1.3 Análise dos resultados encontrados na pesquisa sobre o Estado do Conhecimento**

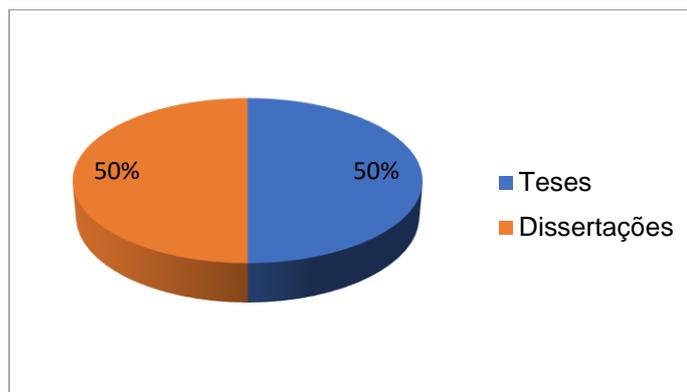
Analisando os resultados das combinações dos descritores, no período estipulado para pesquisa (2012 até 2021), observamos que há maior número de resultados na combinação “escola e família” AND “educação das crianças”, com 04 trabalhos encontrados. Seguido de “escola e família” AND “práticas colaborativas”, com apenas dois trabalhos. Nenhum dos 06 trabalhos encontrados se repete mediante a alteração nos descritores. Com uso dos descritores “escola e família” AND “práticas colaborativas” AND “educação das crianças”, e “propósitos e práticas colaborativas” AND “educação das crianças”, nenhuma publicação foi encontrada.

Diante das publicações encontradas, constatamos a baixa incidência de dissertações e teses no portal, relacionadas ao assunto no qual abordamos. Esta análise revela uma oportunidade para ampliar o escopo de pesquisas e reflexões sobre as práticas colaborativas entre escola e família na educação das crianças em infâncias, instigando um maior aprofundamento nesse campo.

O Gráfico 1 representa os resultados encontrados para a combinação dos descritores: “escola e família” AND “educação das crianças”, e encontramos apenas 04 trabalhos, sendo 02

dissertações, que representam os (50%) e 02 teses representado por (50%), das quais selecionamos, pelos critérios de inclusão e exclusão, uma pesquisa de Mestrado em Educação nas Ciências (25%) e uma Tese de Doutorado em Educação.

Gráfico 1 - Resultados da combinação dos descritores: “escola e família” AND “educação das crianças”



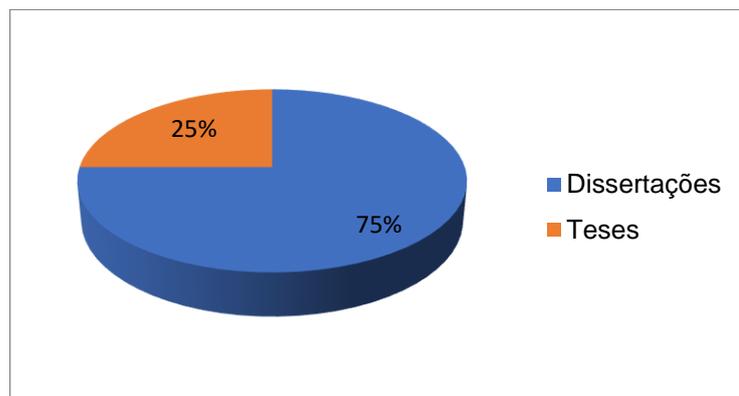
Fonte: A AUTORA (2022).

Em relação à combinação dos descritores: “escola e família” AND “práticas colaborativas”, encontramos apenas 02 dissertações, que, pelos critérios de inclusão e exclusão, contemplam nosso interesse. Trata-se de uma dissertação de Mestrado em Educação e outra de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Na busca pelos trabalhos com os descritores “escola e família” AND “práticas colaborativas” AND “educação das crianças” e “propósitos e práticas colaborativas”, nenhum trabalho foi encontrado, o que descarta a construção de um gráfico que possa representar ambas as buscas.

Do total de 06 (100%) trabalhos encontrados no portal de Teses e Dissertações da CAPES, foram selecionados 04 (50%), os quais estão representados no Gráfico 2, sendo eles, 3 dissertações (75%) e 1 tese (25%). Tais resultados refletem um interesse em pesquisa acadêmica sobre a sinergia de propósitos e práticas colaborativas entre família e escola em favor das crianças da Educação da Infância. A seleção de quatro trabalhos entre os seis disponíveis indica a relevância do tema e um campo a ser explorado, para que haja maior entendimento e aprimoramento das estratégias que juntas, escola e família têm praticado em busca da efetivação da aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças.

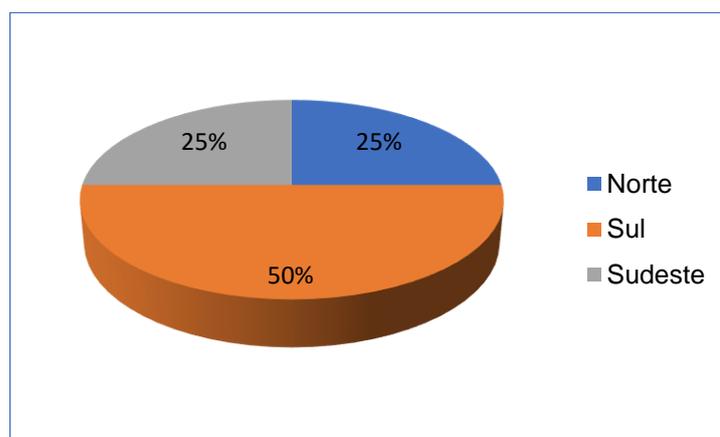
Gráfico 2 - Resultados do número de Teses e Dissertações selecionadas



Fonte: A AUTORA (2022).

O Gráfico 3 faz uma demonstração das regiões de origem das pesquisas selecionadas. Do total de 03 trabalhos, 02 (50%) foram desenvolvidos na Região Sul, oriundos das seguintes instituições: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Maria. A Região Norte aparece com um percentual (25%), pela Universidade Federal do Amapá. A região Sudeste aparece com uma publicação (25%), pela Universidade Estadual de Campinas. As demais regiões brasileiras não tiveram trabalhos selecionados para compor a pesquisa, sugerindo uma lacuna a ser introduzida no que tange à profundidade e abrangência das pesquisas sobre esse assunto.

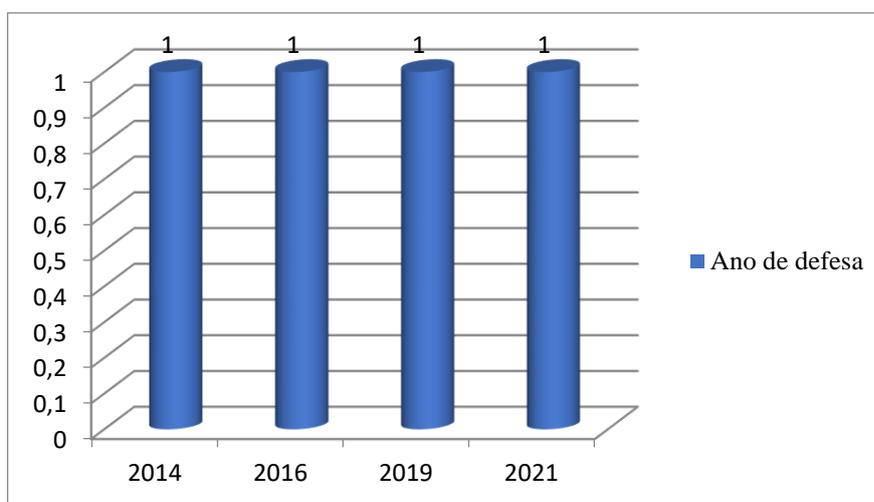
Gráfico 3 - Regiões de origem das Pesquisas selecionadas



Fonte: A AUTORA (2022).

No Gráfico 4 podemos verificar que duas teses selecionadas são mais recentes, escritas nos três últimos anos (2019 e 2021), enquanto uma foi escrita há 06 anos (2016) e outra há 08 anos (2014).

Gráfico 4 - Ano de Defesa das Pesquisas



Fonte: A AUTORA (2022).

Os 4 trabalhos, representando 100% das pesquisas selecionadas, foram realizadas em universidades públicas. Essa concentração revela uma tendência interessante, indicando que o ambiente acadêmico público é um polo ativo na produção de conhecimento sobre o tema em questão. Tal cenário sugere a importância do ambiente de pesquisa e aprendizado acadêmico na condução de estudos que envolve a educação das crianças em infâncias e suas vertentes. Contudo, essa predominância em universidades públicas também aponta para a necessidade de uma maior diversidade institucional na produção de pesquisas, a fim de enriquecer ainda mais as perspectivas e abordagens sobre o tema.

Analisando os gráficos expostos, constatamos que o maior número de produções é de instituições públicas de ensino, com produções em nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Amapá. Ressaltamos que o número de publicações acerca da temática está aquém do esperado. Esse dado sugere a possibilidade de um cenário de pesquisa ainda pouco explorado ou da existência de barreiras que podem estar limitando a disseminação e compartilhamento de conhecimento nessa área.

A predominância de instituições públicas de ensino pode indicar um compromisso institucional em contribuir com pesquisas relevantes, mas a lacuna entre o número esperado de publicações e que de fato foi identificado levantou questionamentos sobre os motivos subjacentes. Isso pode estar relacionado a desafios metodológicos, falta de incentivo ou recursos, ou até mesmo a necessidade de uma maior divulgação das pesquisas realizadas. Essa

análise crítica apontou para uma oportunidade de expandir a investigação e o compartilhamento de conhecimentos nesse campo, a fim de compreender e abordar as lacunas existentes.

#### 1.4 Relevância dos resultados encontrados na pesquisa

Para a seleção no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, foi realizada a leitura e análise dos resumos das publicações abertas, que disponibilizaram essa ação, sendo selecionadas as mais próximas da temática a qual é nosso objeto de pesquisa. Para a seleção, foram definidos alguns critérios: ano de publicação (últimos 10 anos – de 2012 a 2021); idioma Português; estudos realizados no Brasil; tipo (mestrado e Doutorado em Educação), grande área do conhecimento (educação), área do conhecimento e de avaliação (Educação), área de concentração e nome do programa (Educação); texto completo e disponível; no resumo observa-se já a contribuição do estudo para com nossa abordagem. Esses critérios nortearam a pesquisa na plataforma da CAPES. Descartamos as publicações que não contemplaram estes critérios por entendermos que não condizem com nossa abordagem.

Após uma minuciosa leitura e análise dos resumos disponíveis, foram cuidadosamente selecionadas as dissertações que se alinham ao título proposto: "Família e escola: sinergia de propósitos e práticas colaborativas para transpor fronteiras em favor da educação das crianças". Destaca-se a relevância desse levantamento, uma vez que evidencia de que maneira a temática em questão tem sido objeto de discussão, proporcionando conhecimentos valiosos sobre os avanços conquistados em relação à resolução dessa problemática no cenário educacional contemporâneo. Este processo de seleção visa identificar contribuições significativas, e enriquecer o entendimento acerca das abordagens adotadas para promover uma colaboração efetiva entre família e escola, visando o desenvolvimento educacional integral das crianças.

Quadro 3 - Produções acadêmicas relacionadas ao tema de pesquisa

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Ano de defesa</b>
<b>Dissertações e Tese: “escola e família” AND “educação das crianças”</b>					
A relação escola e família: análise de uma política em construção	Fernanda de Lourdes de Freitas	Universidade Estadual de Campinas	Política educacional; Psicologia educacional; Relação escola; família	Tese	2016

O lugar da infância no contexto familiar e social: Percursos construídos no município de Três Passos/RS	Carine Isabel Both Pinto	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Infância; Escola; Família; Vagas; Educação Infantil	Dissertação	2019
<b>Dissertações selecionadas através da pesquisa com os descritores:</b> “escola e família” AND “práticas colaborativas”					
Projeto Roma: uma alternativa para potencializar a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down.	Roseli de Mira Cordeiro	Universidade Federal do Amapá	Projeto Roma; Aprendizagem; síndrome de Down; Família/ Escola	Dissertação	2014
Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo.	Daniele Francisca Campos Denardin de Bittencourt	Universidade Federal de Santa Maria	Autismo; Família; Escola	Dissertação	2021

Fonte: A AUTORA (2022).

A partir da leitura dos 04 trabalhos selecionados, percebemos que os autores se sentiram motivados a pesquisar a relação família e escola como uma forma de fazer com que a instituição família participe ativamente da educação das crianças/filhos, mas o faça de maneira articulada com a escola, com aquilo que cada um tem para oferecer enquanto corresponsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Considerando a importância do método de pesquisa para o alcance dos resultados de um trabalho científico, e por observamos o caminho metodológico utilizado pelas publicações selecionadas, recorreremos à Severino (2013, p. 89) para afirmar que

A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

A partir desse entendimento, notamos que os caminhos metodológicos bem como a abordagem teórica utilizada pelos autores denotam uma preocupação em, de fato, encontrar elementos que favoreçam a relação escola e família em prol da educação das crianças,

independente daquelas que apresentam algum tipo de deficiência. Cada um dos quatro estudos indica caminhos e estratégias que deram certo na busca de otimizar a educação das crianças, sendo a relação escola e família e os elementos articuladores construídos nessa relação – o que é muito importante.

Quadro 4 - Metodologia evidenciada pelas publicações selecionadas

<b>Descritores: “escola e família” AND “práticas colaborativas” /</b>		
<b>Produção Acadêmica</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Lócus Da Pesquisa/Sujeitos Pesquisados</b>
Tese 2016 A relação escola e família: análise de uma política em construção	Pesquisa de abordagem qualitativa, com pesquisa de campo – um estudo de caso. Entrevista e questionário.	Uma escola em Hortolândia – SP, com foco no Programa Interação Família e Escola Conhecer para Aprender - aproximar famílias e escolas. Aplicação de 191 questionários em professores e em 36 gestores participantes do Programa e 15 entrevistas com famílias pelo professor visitador.
Dissertação 2019 O lugar da infância no contexto familiar e social: Percursos construídos no município de Três Passos/RS	Pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Entrevistas semiestruturadas; narrativas; análise de caderno de memória.	Município de Três Passos – RS. Famílias participantes, e quatro narrativas familiares escolhidas – Documento da Secretaria Municipal de Educação.
Dissertação 2014 Projeto Roma: uma alternativa para potencializar a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down.	Pesquisa-ação, com informações empíricas registradas em meio digital, no formato MP3. Base analítica fundamentada no método dialético.	Município de Macapá-PA. Escola-Campo / Secretaria Municipal de Educação de Macapá. Participaram da pesquisa: 06 pessoas: 05 do setor de educação e 01 mãe de aluno com síndrome de Down.
Dissertação 2021 Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo.	Questionário para Avaliar Indicadores de Parceria Colaborativa entre Pais e Professoras.	Estudo realizado em três escolas públicas no município de Santa Maria - RS. Participantes: oito professoras e cinco pais de crianças com autismo.

Fonte: A AUTORA (2022).

O Quadro 4 traz os aspectos metodológicos de cada pesquisa selecionada, destacando a eleição de análise qualitativa. Também em destaque o *lócus* das pesquisas, que além de análise

em bibliografias, foram realizadas em escolas públicas, e todas, origem na área da Educação. Algo que nos chamou a atenção foi o fato de que apenas o estudo realizado por Freitas (2016) aborda sobre as fronteiras que unem significados relevantes à aprendizagem, à educação das crianças.

O Quadro 5 traz os autores mais citados nos trabalhos selecionados.

Quadro 5 - Autores em destaque de acordo com as teses e dissertações selecionadas

<b>Título da Produção</b>	<b>Principais Autores Citados</b>
A relação escola e família: análise de uma política em construção	Galera (2003); Freitas (1978); Patto (1990); Severino (1986); Collares (1994); Paro (2001, 2007), Szymanski (2009); Sirino (2009); Saviani (1991); Gentilini e Rescia (2006); Campos (2011); Pinto; Garcia e Letichevsky (2006); Ariès (1981); Casey (1989); Volpe (2011); Cunha (2003); Mazzeu (1998).
O lugar da infância no contexto familiar e social: Percursos construídos no município de Três Passos/RS	Kramer (2007); Abramowicz (2011); Larrosa (2002); Arendt (2016); Sarti (2010); Losacco (2010); Souza (2010); Carvalho (2011); Kuhlmann Jr.(2015); Boff (2005); Staccioli (2013); Malaguzzi (1994); Garcia (2017); Arroyo (2015).
Projeto Roma: uma alternativa para potencializar a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down.	Pereira-Silva e Dessen (2006); Domingues e Cavalli (2006); Vygotsky (2007, 2012); Beyer (2006); Melero (2003, 2006).
Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo.	Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014); Dessen e Polonia, (2007); Epstein et al. (2009); Iannacone e Marisco (2013); Sheridan et al. (2009); Azad et al. (2016); Stoner et al. (2005); Davies e Hall (2005); Kaye (1991); Friend e Cook (1990); Blue-Baning et al. (2004); Colnago (2000;) Sigolo (1994); Serrano e Pereira (2011).

Fonte: A AUTORA (2022).

Trazemos de forma breve, algumas considerações sobre as publicações selecionadas para essa pesquisa. A Tese: **A relação escola e família: análise de uma política em construção**, de Fernanda de Lourdes de Freitas (2016), numa abordagem qualitativa, buscou avaliar uma política pública desenvolvida num município do interior de São Paulo, chamado Hortolândia, de modo mais pontual, o Programa Interação Família e Escola Conhecer para Aprender. Esse

programa objetiva aproximar famílias e escolas, por meio de visitas dos professores às famílias de seus alunos.

Participaram da pesquisa 191 professores e 36 gestores participantes do Programa e 15 famílias as quais receberam o professor visitador. Nas visitas, os professores são tratados pelas famílias como ‘iguais’, e que, essa aproximação torna as famílias mais questionadoras em relação ao trabalho dos professores bem como as estratégias pedagógicas que utilizam no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a pouca participação dos pais nas reuniões e outras estratégias de encontro proporcionadas pela escola, deve-se, segundo os pais, ao desejo de não se sujeitarem às regras impostas por ela. Os meios de participação até então, fazem com que os pais não tenham participação ativa na vida escolar dos filhos, dentro desse ambiente. Já, por meio das visitas dos professores, os pais se sentem ouvidos, e expõem suas opiniões com facilidade, sentindo que têm sua responsabilidade na educação escolar dos filhos. O que encontra respaldo em Paro (2008), ao afirmar que ouvir os adultos (os pais) os ajuda a refletir que a opinião deles é importante.

A pesquisadora vale-se da afirmação feita por Szymanski (2009), de que, a escola deve criar mecanismos de participação ativa e acompanhamento efetivo da família na vida escolar dos filhos. E conclui afirmando que sua pesquisa evidenciou que o Programa analisado, é uma oportunidade dada às famílias para compreenderem que a escola é mais que uma estrutura dotada de equipamentos. Nela, as crianças podem ter um aprendizado de qualidade.

A dissertação **O lugar da infância no contexto familiar e social: Percursos construídos no município de Três Passos/RS**, de Carine Isabel Both Pinto (2019), buscou, por meio de metodologia qualitativa e estudo etnográfico, refletir sobre o lugar da infância no contexto familiar e social. Para tanto a autora realizou entrevistas semiestruturadas com as famílias participantes, e quatro narrativas familiares escolhidas - um caderno de memórias produzido no decorrer de dez anos de sua atuação na Secretaria Municipal de Educação de Três Passos. É importante essa abordagem que considera a criança desde o ventre da mãe, argumentando que a família é a estrutura responsável por receber essa nova vida nela gerada. Esse espaço de chegada da criança precisa ser acolhedor e seguro em todos os sentidos possíveis.

Outro ponto investigado pela autora desenvolve-se sobre o questionamento: “Família e escola: quando esta relação passou a existir?”. A resposta é dada pela autora ao revisitar sua própria história de vida, passando pela afirmação de Kuhlmann Jr. (2015), ao dizer que as pré-escolas surgiram das novas necessidades assistenciais, sendo a primeira creche brasileira, a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), criada em 1899 para atender filhos de

operários. Enquanto os primeiros jardins de infâncias para atender os filhos de famílias abastadas já existiam desde 1875 no Rio de Janeiro e, de 1877, em São Paulo, por entidades privadas. “Os movimentos operários constituíram fator importantíssimo na transformação do atendimento à criança.”, afirma Pinto (2019, p. 62).

Outro ponto importante destacado pela autora é sobre a renovação pedagógica que se deu mediante a criação de classes pré-primárias - ensino obrigatório após os sete anos. Mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, as escolas maternas e os jardins de infância no sistema de ensino não garantia práticas educativas adequadas às crianças pequenas – o que representava um problema, uma necessidade de readequação pedagógica e de cuidados específicos para atender as crianças – “A escola da infância acolhe os que chegam novos no mundo e busca contribuir no cuidado e na educação” afirma Pinto (2019, p. 66). Para as famílias entrevistadas, a escola é um lugar de referência, lugar no qual seus filhos podem bem viver a fase da infância.

Na dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, **Projeto Roma: uma alternativa para potencializar a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down**, desenvolvida por Roseli de Mira Cordeiro, uma pesquisa-ação na qual a autora analisa as práticas colaborativas que rompem com o isolamento no contexto escolar e familiar. Esse rompimento deu-se a partir do Projeto Roma, que é baseado nos estudos de Melero (2003) – uma experiência concreta como alternativa de ensino aprendizagem para as crianças com síndrome de Down. Essa pesquisa também se fundamenta na teoria sócio histórica de Vygotsky, para o qual, toda a criança tem um conhecimento anterior à escola, constituído em sua relação familiar, cabendo à escola, oferecer-lhe os fundamentos do conhecimento científico para complementar a sua base intelectual.

Cordeiro (2014) analisa a relação família e escola como um aprender compartilhado, referenciando a necessidade de, na escola, desenvolver um trabalho colaborativo. No entanto, uma alternativa seria o Projeto Roma como capaz do enfrentamento dos conflitos no contexto da escola-campo – uma opção capaz de fazer superar o trabalho desarticulado entre escola e família bem como as dificuldades que isso causava no processo de ensino e aprendizagem, neste caso, da criança com síndrome de Down.

Por fim, o estudo **Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo**, de Daniele Francisca Campos Denardin de Bittencourt (2021). A inquietação da autora incidia na dificuldade de comunicação de uma criança autista com seus pais, sobre o que na escola acontecia, representando ao mesmo tempo falta de compartilhamento entre escola e família. Esse tipo de problema, segundo a autora, tem

sido um desafio nas práticas escolares, por, de alguma forma, escola e família não saberem o que acontece numa e noutra. Daí a necessidade da parceria colaborativa, que possibilita o estreitamento da relação escola e família em prol do desenvolvimento e da aprendizagem da criança, seja ela autista ou não.

Segundo Bittencourt (2021, p. 29) “De modo geral, os estudos sobre a relação família e escola abordam a importância da parceria compartilhada, no sentido de ambas as partes buscarem estratégias conjuntas que beneficiem o processo educativo para todos os aprendizes.” É importante que família e escola delineiem juntas o que podem fazer em benefício da aprendizagem da criança – a parceria começa aqui. Outro ponto forte é que a escola conheça a realidade dos alunos e o que anseiam as famílias para seus filhos. Para tanto, o caminho, segundo Bittencourt (2021, p. 30) é “uma comunicação eficiente e equilibrada, considerando e respeitando a diversidade entre as partes, a qual terá como finalidade a promoção integral do aluno”. Iniciada a parceria colaborativa é, positivamente, um caminho sem volta.

Analisando as produções acadêmicas selecionadas, observamos que elas têm em comum o desejo, a necessidade e a busca dos autores por algo essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças: a convívio efetivo entre escola e família. As três Dissertações e a Tese somam como que experiências de parceria colaborativa que envolvem escola e família como um conjunto de pessoas com os mesmos objetivos, a partir daquilo que cabe a cada um realizar sob três aspectos: educação escolar ofertada pela escola (trabalho pedagógico formal), educação familiar (família: suporte, ambiente estimulador), escola e família (ações conjuntas, família como parceira e não como ‘informante’).

O levantamento de produções acadêmicas realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES demonstrou, que há poucas publicações acerca da parceria colaborativa entre escola e família, principalmente em se tratando da educação de crianças, dos desafios encontrados na falta de comunicação efetiva entre as duas mais importantes instituições responsáveis pela aprendizagem e desenvolvimento integral da criança. Dessa forma, a nossa proposta de pesquisa é fazer com as famílias das crianças em infâncias reconheçam a importância de sua participação no pleno desenvolvimento de seus filhos.

As publicações selecionadas mantiveram um elemento crucial: a busca por uma parceria ativa e colaborativa entre escola e família no processo educacional. As pesquisas abordam a importância da comunicação eficaz entre as duas instituições e a necessidade de ações conjuntas em benefício das crianças. A partir dessa análise, fica evidente que a colaboração entre escola e família é fundamental para promover o desenvolvimento integral e a aprendizagem das crianças. No entanto, a pesquisa também ressalta que essa colaboração é um desafio a ser

enfrentado, requerendo a criação de estratégias e políticas que incentivam o envolvimento ativo dos pais na educação de seus filhos. Diante dessa perspectiva, nossa pesquisa visa contribuir para o fortalecimento da parceria entre escola e família na educação infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental.

Nossa pesquisa traz um diferencial significativo ao explorar e analisar as publicações selecionadas sob uma perspectiva pessoal e reflexiva. Ao considerarmos uma abordagem meramente expositiva, optamos por incorporar nossas considerações e reflexões sobre os estudos investigados. Dessa forma, aprofundamos a análise ao contextualizar as pesquisas dentro de um panorama mais amplo e contemporâneo, destacando pontos chave e conhecimentos que emergem da revisão bibliográfica.

O foco nas relações entre família e escola nas infâncias traz uma abordagem específica e relevante, considerando que essa parceria é crucial nesse estágio do desenvolvimento. Nesse contexto, o diferencial desta pesquisa reside na combinação de uma abordagem pessoal e reflexiva com a análise detalhada das publicações selecionadas, contextualizando-as no cenário educacional atual. Ao focar na parceria entre família e escola bem como na integração de teorias relevantes, a pesquisa visa enriquecer o entendimento sobre essa colaboração e seu impacto no desenvolvimento pleno das crianças.

## 2 MÉTODO DE PESQUISA

Na visão de Ghedin e Franco (2011), o método de um projeto de pesquisa indica a direção por onde ela caminhará, mas é somente depois do projeto que se pode ter uma descrição mais rica e detalhada do processo de investigação. Com efeito, se não houver o exercício contínuo da reflexão acompanhando cada momento da construção do conhecimento, se não houver rigoroso processo crítico no desenrolar da própria pesquisa, esta não se realizará, no sentido estrito do termo. Assim, apresentamos nesta seção a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e a escrita da dissertação produzida na reflexão sobre a literatura acadêmica e de documentos existentes sobre o tema definido, possibilitando novos olhares e sentidos para as relações família e escola voltadas à sinergia de propósitos e práticas colaborativas na educação das crianças.

### 2.1 Opção e concepção de pesquisa

No dizer de Amado (2014), a tarefa do investigador é a de convencer a comunidade científica da coerência das suas interpretações, através das quais os leitores do trabalho conseguirão aproximar-se das pessoas e dos acontecimentos. Em síntese, “[...] o conhecimento é sempre situacionalmente limitado a um *eu* enquadrado num determinado contexto histórico-social e, por outro lado, não se trata de refletir a realidade social, mas de produzir sentidos e criar realidades” (Amado, 2014, p. 292, grifo do autor).

Para o delineamento de nossa pesquisa e construção dessa dissertação, recorreremos aos autores da Metodologia, para obtermos por meio do caminho metodológico bem orientado, as respostas que nos levaram a pesquisar sobre o tema em questão. Como nos orienta Gatti (2006, p. 26), é necessário tomar o conceito de pesquisa numa acepção mais acadêmica, implicando o uso de métodos específicos, preocupação “[...] com a validade, rigor ou consistência metodológica, preocupação com a ampliação ou construção de novos conhecimentos sobre determinada questão – que pode ser um problema de um dado campo de estudos ou um problema ligado à própria ação educacional docente.”

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a metodologia de pesquisa caracteriza-se como critérios de organização de uma pesquisa científica em todas as suas etapas, de forma motivadora, sistematizada, com a aplicação de procedimentos metodológicos pertinentes ao que se pretende investigar. Nos ensinam Prodanov e Freitas (2013, p. 14), que:

A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Construímos nossa dissertação a partir da metodologia de pesquisa qualitativa. Para Amado (2014, p. 403), a investigação qualitativa, nos mais diversos desenvolvimentos epistemológicos que possa ter tido e nas mais diversas estratégias em que se concretize exige, “[...] não a ‘timidez teórica’ – que resultaria de um acontecimento de sua própria especificidade – mas uma forte marca de humildade e de prudência nas conclusões que retira de todo o seu processo”.

## **2.2 Pressupostos teórico-metodológicos**

Realizamos um estudo qualitativo. De acordo com Ghedin e Franco (2011), o impacto das metodologias qualitativas é grande quando se trata de compreensão dos fenômenos educacionais.

Elas permitem vislumbrar novas perspectivas, recompondo o corpo de conhecimentos em educação e organizando nova textura, que acabou favorecendo novas compreensões do fenômeno e exigindo novas atitudes metodológicas que decerto ampliarão uma vez mais as dimensões do objeto de estudo em questão. (Ghedin e Franco, 2011, p. 55-56).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54), é aquela

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Do ponto de vista da abordagem do problema, esta é uma pesquisa qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70),

Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica é caracterizada pela análise aprofundada de informações transmitidas a partir de fontes documentais e bibliográficas, com o objetivo de descrever e compreender um fenômeno, tema ou problema. Nesse tipo de pesquisa, as fontes bibliográficas, como livros, artigos, dissertações e teses, são examinadas minuciosamente para extrair dados relevantes e construir uma análise detalhada sobre o assunto em questão. A abordagem qualitativa proporciona uma compreensão mais rica e contextualizada do fenômeno, explorando nuances, interpretações e significados presentes nas informações coletadas.

Severino (2013, p. 106) explica que, “Com referência à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento de seu objeto, a pesquisa pode ser bibliográfica, de laboratório e de campo. Este mesmo autor, expõe que uma pesquisa qualitativa é marcada pela busca de compreensão profunda e interpretativa das informações estudadas, priorizando a subjetividade do pesquisador. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, consiste em analisar e interpretar obras já publicadas, construindo um arcabouço teórico que sustenta a investigação. Ela é relevante para fundamentar a pesquisa e contextualizar o tema dentro de um contexto mais amplo de conhecimento acumulado. Já, a pesquisa documental, de acordo com Severino (2013, p. 106-107),

[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Assim, uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental envolve uma análise criteriosa de fontes bibliográficas e documentais para descrever e compreender um tema específico, respeitando os princípios da abordagem qualitativa e os elementos específicos da pesquisa bibliográfica e documental, como a busca pela representação minuciosa da realidade científica.

Seguindo os ensinamentos acima, tivemos como fonte de dados o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, artigos e obras de autores que versam sobre a temática, e documentos que tratam da colaboração da família na educação escolar das crianças. Após a seleção de cada publicação e de documentos relacionados ao tema, realizamos a coleta dos dados em fichas documentais, arquivadas numa pasta. Posteriormente organizamos a redação provisória de nosso trabalho, colocando os dados nos textos pertinentes, redigindo cada parte dos textos de forma que os leitores possam compreendê-lo em todo o seu teor, com citações que sustentem toda a discussão.

A realidade que trazemos é a apresentada nos estudos, obras e documentos selecionados para este trabalho, que por sua vez, são frutos de estudos, pesquisas e políticas da Educação que retratam a necessidade da prática colaborativa entre família e escola na promoção da educação das crianças em infâncias.

Importante esclarecermos que a educação das crianças em infâncias é um processo fundamental para o desenvolvimento integral dos indivíduos desde os primeiros anos de vida. Nesse período ocorrem diversas transformações e aquisições em diferentes aspectos, como cognitivo, emocional, social e motor. Daí a importância em proporcionar um ambiente seguro, estimulante e adequado para que as crianças possam explorar, descobrir e construir seu conhecimento de maneira ativa e significativa. A esse respeito, Piske, Garcia e Yunes (2020, p. 5) afirmam que

Os papéis que assumem os educadores das infâncias são formados nas práticas relacionais, ambientais e interpessoais de uma conversa (ação) que é sistêmica. O educador está implicado nas práticas educativa e, se for observador, refletirá sobre suas ações. Isso pouco difere das relações familiares que acontecem em espaços não formais, e defendemos que os pais são importantes educadores das infâncias.

Os autores destacam a formação dos papéis dos educadores na primeira infância, e afirmam que esses papéis são moldados por práticas relacionais, ambientais e interpessoais, manifestadas por meio de conversas e ações sistêmicas. A comparação estabelecida entre as práticas educativas formais e as relações familiares informais é interessante, sugerindo que, em ambos os contextos, os adultos desempenham papéis educativos significativos. A afirmação de que os pais são importantes educadores na infância reforça a ideia de que a educação não se limita ao ambiente escolar formal, mas se estende aos espaços não formais, em que as relações familiares desempenham um papel crucial.

A afirmação “isso pouco difere das relações familiares que acontecem em espaços não formais” poderia ser interpretada de maneira a minimizar as distinções importantes entre os contextos formais e informais de educação; os ambientes e propósitos desses dois contextos podem variar significativamente.

Quanto à expressão “ações que são sistêmicas”, no contexto educacional, especialmente na primeira infância, podem envolver abordagens que reconhecem a interconexão e a interdependência de vários elementos dentro do sistema educativo, como as abordagens que consideram todos os aspectos do ambiente educacional, incluindo interações interpessoais, métodos de ensino, recursos disponíveis e a cultura da instituição. Envolve a colaboração entre diferentes partes interessadas, como educadores, pais, gestores escolares e a comunidade em

geral, reconhecendo que todos desempenham papéis elementares no desenvolvimento educacional.

Significa desenvolver estratégias que integram diferentes componentes do sistema educacional, alinhando políticas, práticas e recursos para promover um ambiente educacional coeso e eficaz. Engloba o reconhecimento da importância das interações interpessoais entre educadores, crianças e pais, enfatizando a qualidade dessas relações como um elemento fundamental do sistema educacional. Abrange a implementação de avaliações que considerem múltiplos indicadores e resultados, indo além de avaliações pontuais para compreender o impacto mais amplo das práticas educativas.

O significado da educação em infâncias supera a mera transmissão de conteúdos acadêmicos, por envolver o estímulo à curiosidade, à criatividade e ao pensamento crítico, a promoção de habilidades socioemocionais, como a empatia, a resolução de conflitos e a construção de relações saudáveis. Nessa fase também é importante para a formação da identidade e da autoestima, à medida que as crianças exploram seus interesses, descobrem suas potencialidades e constroem sua visão de mundo.

### **2.3 Desenho metodológico da pesquisa**

Realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental, ancorada fundamentalmente na leitura científica e de documentos. Para Marques (2003, p. 8), se no texto “[...] que lê o leitor não surpreende efeitos outros que os por ele supostos serem os pretendidos por quem o escreveu, não existe leitura, apenas decifrações”. Em outras palavras, a pesquisa bibliográfica exige um posicionamento de leitor acurado em relação ao material consultado.

Amado (2014, p. 385) considera que se a leitura no início ajuda na definição do problema, no seu esclarecimento e refinamento, nas decisões a tomar quanto às especificidades a estudar e quanto aos métodos a empregar, na fase de recolha dos dados,

[...] a leitura ajuda a fazer interpretações, a levantar hipóteses progressivas; e na fase final, a leitura (e releitura) permitirá verificar a coerência ou incoerência dos nossos dados com o que a literatura nos mostra, os aspectos dos mesmos dados a explorar com mais profundidade, o levantamento de novas questões, a utilidade prática das conclusões, etc.

Como destacam Prodanov e Freitas (2013, p. 71), são metas de uma pesquisa qualitativa: “Entendimento, descrição, descoberta”. Na visão de Ghedin e Franco (2011), o papel da metodologia não significa o abandono de critérios de rigor; ao contrário, significa, sim, a

consciência de que a opção por determinada metodologia científica implica atitudes, posições e procedimentos coerentes escolhidos e exaustivamente consistentes com as convicções estabelecidas.

#### **2.4 Escolha dos instrumentos de coleta e análise dos dados**

A coleta de dados foi realizada ao longo da pesquisa, em consulta de material já publicado. Seguindo as orientações de Prodanov e Freitas (2013), buscamos publicações de autores e pesquisadores que escreveram sobre a temática que abordamos, destacando os aspectos que mais contribuem com nossa abordagem. Realizamos o Estado de Arte (Levantamento de Produção Científica) para tomarmos conhecimento do que se tem de mais atual quanto às publicações, e realizamos uma revisão teórica, que nos forneceu os dados essenciais para a elaboração de nosso trabalho. São passos fundamentais na construção de uma pesquisa bibliográfica, “pois é através dela que você situa seu trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, contextualizando-o”, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 78).

Além disso, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 78), “Através da revisão de literatura, você reporta e avalia o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para seu trabalho”.

Coletados os dados, os agrupamos em categorias para realizarmos a análise verificarmos o alcance dos objetivos propostos nessa Dissertação. Prodanov e Freitas (2013) explicam que, essa é fase da pesquisa, analítica e descritiva, que prevê a interpretação e a análise dos dados tabulados, os quais foram previamente organizados. A análise deve ser feita a fim de atender aos objetivos da pesquisa, o que nos remete a optar pela análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977), é uma abordagem metodológica que visa extrair significados, padrões e relações de um conjunto de informações textuais ou visuais. Esse processo envolve a organização e a categorização do conteúdo coletado para identificar padrões e inferir a compreensão do que se coletou. Uma etapa fundamental nessa abordagem é a criação de categorias de análise, que servem como estruturas conceituais para agrupar os elementos do conteúdo de acordo com critérios pré-definidos.

As categorias de análise, conforme proposto por Bardin (1977), funcionam como instrumentos que permitem a classificação e organização das informações coletadas. Elas são desenvolvidas com base nas questões de pesquisa e nos objetivos do estudo, representando os principais subtemas a serem investigados. Essas categorias podem ser amplas e gerais, ou mais específicas, dependendo da complexidade e abrangência do estudo.

A criação das categorias de análise envolve a definição de critérios claros e objetivos que guiarão a classificação do conteúdo. De acordo com Bardin (1977), esses critérios podem ser baseados em palavras-chave, conceitos teóricos, relações causais ou outros elementos relevantes para o estudo. Uma vez que as categorias são eleitas, o pesquisador aplica sistematicamente esses critérios ao conteúdo coletado, classificando-o em categorias relevantes.

A categorização, no entender de Amado (2014, p. 349), permite a descrição precisa, sistemática e não vaga ou anedótica do material em causa, ela não deve levar a uma construção “[...] que, obcecada com o cálculo, ou enredada em abstrações, leva a perder de vista a natureza (por vezes viva e dramática) dos documentos tratados, as representações e fenômenos interativos que eles possam traduzir”. Em outras palavras, a categorização consiste no processo pelo qual os dados brutos são transformados e agregados em unidades que permitem uma descrição exata das características do conteúdo.

No entendimento de Amado (2014) a categoria é um termo chave que indica a significação central de conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito. Resultado da abstração feita pelo pesquisador a partir de sua decisão em relação ao *corpus* que pretende definir para concretizar seus objetivos da pesquisa, por isso que há necessidade de se ter a certeza de que as categorias elaboradas traduzem o sentido dos dados e, portanto, são fidedignas e sustentam a credibilidade dos dados. “É evidente que a validade e a fiabilidade de um sistema de categorias dependem em grande parte da experiência e dos conhecimentos dos codificadores e de uma correta formulação e definição das categorias” (Amado, 2014, p. 338).

Sob o ponto de vista de Amado (2014), de modo geral, a análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta de aspectos importantes do que deve ser apreendido e a decisão do que vai ser transmitido aos outros. No olhar deste autor (Amado, 2014, p. 314), “[...] a interpretação exigida para uma categorização válida será tanto mais penetrante quanto mais o intérprete estiver teoricamente apetrechado para interrogar os dados; com efeito os dados pouco ou nada dizem se o investigador não os souber interrogar”. Portanto, torna-se imperioso que o resultado de seu trabalho seja uma obra “artesanal”, “[...] combinando a qualidade científica, a qualidade estética e a experiência que o analista vai adquirindo no seu percurso de investigador” (Amado, 2014, p. 378).

Amado (2014, p. 314-315) menciona os termos unidades de contexto, registro e contagem quando trata da categorização. Para este estudo, cabe referir a unidade de contexto,

pois ela está relacionada a “[...] decidir qual é a extensão dos documentos dentro da qual se vai aprender o significado exato da unidade de registro, sem que se deixem de revelar as opiniões, atitudes e preocupações dos seus autores”.

Para nossa pesquisa definimos três grandes categorias ou núcleos de abordagem: (1) Gênese histórica da categoria “família” e sua evolução sociológica; (2) A educação formal e a função social da escola; e, (3) Família e escola: sinergia de propósitos e práticas colaborativas na educação das crianças. Feita essa sequência de atividades, de organização, categorização e interpretação os dados coletados, passamos à redação final da Dissertação.

Para a escrita do texto acatamos a sugestão de Amado (2014, p. 385), para quem a Dissertação deve ser escrita com preocupação de levar o seu leitor a perceber o raciocínio lógico que esteve subjacente à concepção do trabalho de coleta dos dados e às suas escolhas teóricas, devendo haver cuidado de redigir cada parte fazendo “pontes” com sentido entre elas. Para Bardin (1977), a clareza, a objetividade e a fidelidade aos dados são aspectos fundamentais na redação final, a fim de garantir uma apresentação fiel e convincente dos resultados da análise de conteúdo.

### **3 GÊNESE HISTÓRICA DA CATEGORIA “FAMÍLIA” E SUA EVOLUÇÃO SOCIOLÓGICA**

Nesta seção trataremos de como o conceito “família” foi se constituindo como categoria histórica e como desenvolveu-se sociologicamente de tal forma que seu estudo nos permite compreender suas implicações sociais e educacionais enquanto objeto de estudo desta pesquisa.

#### **3.1 Gênese e tessitura histórica da categoria família**

Ao discutir sobre a origem e a evolução da família, Azeredo (2020) explica que desde a origem, os seres vivos já tinham a ideia de se unirem e criarem vínculos uns com os outros, por motivos essenciais – ainda que não concebidos como tal, pelo instinto de perpetuação da espécie, pelo desejo de não viver só, como se a felicidade pudesse ser vivida somente a dois. Em contrapartida, esta teórica dos Direitos e Garantias Fundamentais afirma que a origem da família há muito é um enigma que estudiosos e historiadores tentam decifrar, em razão da história ser uma sucessão de rupturas. Além do que, a ideia de conceito de família está ligada à criação do Estado.

A existência ou criação do Estado, como a família, não tem um ponto de unidade. Azeredo (2020) expõe que alguns estudiosos afirmam que Estado existe desde que o homem vive sobre a Terra, por estar integrado numa organização social, enquanto para outros estudiosos, a sociedade humana existiu durante certo período sem o Estado. Há ainda aqueles para quem o Estado é a sociedade política com características bem definidas.

Duas teorias tentam explicar a origem do Estado: a primeira defende que foi a vontade de alguns homens - Contratualista, para cumprir a necessidade de uma espécie de pacto, dando o caráter limitado de um poder centralizado na figura do Soberano. E a segunda defende que surgiu de forma natural, espontânea.

Contudo, a centralização do poder não era bem recebida, apesar de ser uma condição para a existência da sociedade. O desconforto gerado pelo Estado Absolutista deu origem ao modelo do Estado Liberal, caracterizado por um sistema político de poder limitado destinado a assegurar a proteção dos direitos naturais, como liberdade e propriedade. Este modelo introduziu a distinção entre poder absoluto e moderado, concentrando o poder legislativo e executivo em um único sujeito no primeiro, enquanto, no segundo, essas funções eram separadas. Com isso, estabeleceu-se um regime político moderado, instituído por uma

Constituição que visava prevenir o abuso de poder, proteger os direitos individuais e garantir essa salvaguarda. Daí originou-se a separação entre os três poderes, dando forma ao Estado Liberal Moderno, como explicitou Azeredo (2020).

No primeiro, o poder legislativo e executivo concentrava-se em um único sujeito, enquanto no segundo, ambos os exercícios eram separados. Com isso, criou-se um regime político moderado instituído por uma Constituição, que previa o abuso do poder, a necessidade da proteção dos direitos individuais e a garantia dessa proteção. Donde surge a separação entre os três poderes, criando-se o Estado Liberal Moderno. De acordo com Azeredo (2020), o filósofo Rousseau (2002) pensou na democracia como forma de governo para o povo, que teria sua vontade declarada por um representante seu.

Todo esse histórico da criação do Estado, como bem discute Azeredo (2020), é importante, porque as teorias de formação do Estado é que sustentam a origem da família. E a teoria natural de formação do Estado pode ser classificada em: origem familiar ou patriarcal; origem em atos de força, de violência ou de conquista; origem em causas econômicas ou patrimoniais; origem no desenvolvimento interno da sociedade. As teorias de formação do Estado têm uma influência direta na compreensão da origem da família. No entanto, algumas considerações críticas podem ser levantadas.

Azeredo (2020) simplifica a complexa variedade de teorias de formação do Estado ao categorizá-las em quatro origens principais. Essa categorização pode ser considerada limitada, já que as teorias sobre a formação do Estado são diversas e muitas vezes interconectadas, podendo envolver uma combinação de fatores. Azeredo (2020) cita os estudos do antropólogo Engels (1984), mais especificamente, o livro “A origem da família da propriedade privada e do Estado”, no qual identificou os tipos de família que existiram ao longo da história, afirmando-a como um elemento ativo, que evolui à medida que a sociedade evolui, e cada modelo expresso com ditames, costumes, práticas e diretrizes particulares. E trata o grau de parentesco como passivo, sujeito aos progressos feitos pela família.

Ao tratar da evolução da família na pré-história, Morgan (1877 *apud* Azevedo, 2020) a subdividiu em três épocas principais: estado selvagem (inferior, média e superior), barbárie e civilização. Cada sequência dava-se como resultado da anterior. No estágio selvagem inferior, os homens viviam grande parte do tempo nas árvores, defendendo-se das feras selvagens; caracterizava-se pelo nomadismo ou organização tribal, sendo o peixe o principal alimento (Azeredo, 2020).

No estágio selvagem média, com a descoberta do fogo e a introdução da cerâmica, os homens espalhavam-se pela superfície da Terra, sem preocuparem-se com o clima ou local, possibilitando o desenvolvimento dos povos em dois hemisférios, cada um, com seu modo particular de vida, iniciando-se a domesticação dos animais, o cultivo, a irrigação e construção. No estágio selvagem superior, com a invenção do arco e da flecha, os homens tiveram maior liberdade, ocupando-se da caça para alimentação; o grande avanço deu-se com a fundição do minério de ferro, passando à fase da civilização com invenção da escrita. Azeredo (2020) explica que:

O período da barbárie se caracteriza pelo surgimento do sistema de irrigação para cultivo de plantas, além da agricultura e pastoreio para diversificação na alimentação e o uso de ferramentas de metal. As condições econômicas gerais na fase superior da barbárie e a organização da sociedade fizeram surgir a civilização. A sociedade se tornou mais complexa. [...] a partir da invenção do alfabeto fonético e do uso da escrita houve um grande progresso, tanto é assim, que se estende até a atualidade. Com o aumento da população, uma tribo começa a se dividir em outras, e assim sucessivamente.

Na época homem e mulher dividiam o trabalho: o homem era responsável pelos alimentos (caça e da pesca) e pela segurança (iram para a guerra); a mulher era responsável pelas tarefas domésticas (cuidados com a casa e preparo dos alimentos, confecção das roupas). Com isso, já se distinguia o espaço público (comum) e o privado (casa). Azeredo (2020) cita Arendt (2007) para explicar que:

O espaço público configurava-se como o espaço da visibilidade, da aparência, da palavra, da política e retórica, era o domínio da vida política que se exercia através da *acção (praxis)* e do discurso (*léxis*) – ser visto e ser ouvido -; enquanto o segundo é o espaço da violência, em que só o chefe da família exercia o poder despótico sobre os seus subordinados, existindo a mais pura desigualdade.

Aqui expressa-se o trabalho como atividade necessária à manutenção da vida humana. O homem produzindo para seu próprio consumo e satisfação de suas necessidades da casa. A ação dava-se entre os homens sem a mediação das coisas, caracterizando-se como condição humana da pluralidade, exercida na esfera política, podendo os homens se dedicarem à vida livre na esfera pública.

A partir do século XX a maioria das preocupações privadas passou a ser também pública. Com o aumento do número de famílias, tornou-se necessário o aumento da produção e do trabalho pelo homem. Com as guerras, a diferença entre senhores e escravos, ricos e pobres culminaram na divisão do trabalho e, em consequência, na divisão de classes e da sociedade. E,

segundo Azeredo (2020), “O Estado surge, assim, como um ‘produto da sociedade’, como um poder ‘nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais’.”

Com o surgimento do Estado, passaram-se a estudar os sistemas de parentesco e as formas de famílias ao longo dos períodos históricos da evolução humana, no sentido de compreender como os arranjos familiares foram se formando, até chegarmos ao que temos na atualidade. Assim, concluíram que as gerações eram formadas pelos laços consanguíneos, e as relações matrimoniais concretizavam-se entre esses mesmos grupos, em dois modelos de relações: horizontais, que representavam conjugalidade, relação entre duas pessoas adultas não-irmãs, que vivam em comum; e verticais, aquela existente entre pai e filho/a e entre avós, pais e filhos (Azeredo, 2020).

Com a evolução da família consanguínea, surge um novo modelo, chamado punaluna, no qual o casamento permanecia entre grupos (maridos e mulheres), excluindo as relações entre irmãos. Gerou-se ainda um modelo no qual o mesmo homem tinha uma mulher principal e outras mulheres – a poligamia, o mesmo “direito” acontecia com as mulheres – a poliandria. Diante desse tipo de situação (“adultério”), muitos filhos nascidos sem a confirmação da real paternidade, a não ser pela mãe, surgiu outro modelo de família: a sindiásmica, representando um círculo familiar menor, sendo a união conjugal entre pares singularizados (homem e mulher). À mulher cabiam as tarefas domésticas e as relacionadas à maternidade. Aos homens, o trabalho, os bens e a riqueza, que não eram repassadas como herança nem à mulher nem aos filhos (Azeredo, 2020).

O direito à herança paterna deu-se a partir da transição para a família patriarcal, na qual o homem passou a ter sobre a família, o pátrio poder. Configurava-se por laços biológicos, e a busca pelo poder econômico, político e religioso. Com o surgimento da aristocracia - classe social formada por nobres que detém, por herança, o monopólio do poder -, algumas mudanças aconteceram dentro das famílias, principalmente em relação ao homem, que passou a ter responsabilidades quanto aos interesses gerais da comunidade, principalmente nos aspectos religiosos. Logo, a democracia surge e supera a aristocracia religiosa, pelo Cristianismo, com o qual Deus passou a estar acima de tudo e de todos, e a mulher tornou-se moralmente igual ao marido. Em ato contínuo Azeredo (2020) lembra que com a

[...] restrição da autoridade do pater famílias, o Estado passou a ter maior presença nas relações familiares, dando maior autonomia à mulher e aos filhos. Através de regulamentações criadas, a mulher passou a gozar de plena autonomia, sendo possível a ela, por exemplo, a participação na vida social e política, a possibilidade de se divorciar mediante consenso mútuo, e a autorização para ter a guarda dos filhos. O regime patriarcal ainda imperava, porém, havia grande intervenção estatal por meio

de legislações. O pai ainda era tido como chefe da família, no entanto, mães e filhos passaram a ter direitos assegurados pelas legislações.

O § 4º do artigo 72 da Constituição de 1891 tratou do reconhecimento do casamento civil. No século XIX, com a chegada do capitalismo e o avanço da industrialização da economia, o papel da família foi se submergindo, fazendo surgir a família monogâmica e nuclear. E, com o Código Civil de 1916, constitui-se o modelo familiar para atender aos interesses do Estado: pai, mãe e filhos desempenhando papéis específicos. O que menos importava era o afeto. Os casamentos aconteciam em sua maioria, no intuito de preservar os bens patrimoniais.

Pela Constituição de 1934 permaneceu modelo patriarcal, com proteção jurídica (Artigos 144 a 147) estabelecendo-se o casamento indissolúvel. A Carta Magna de 1937 deu à mulher os mesmos direitos dos homens mediante o regime de separação obrigatória de bens, o direito aos alimentos da mulher desquitada e à dissolução do casamento, conferiu tratamento igualitário entre os filhos naturais e legítimos, prevendo ainda a observância do dever de cuidado e garantias especiais à criança e ao adolescente, assegurando aos mesmos uma vida digna (Azeredo, 2020).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, segundo Azeredo (2020), trouxe princípios importantes relacionados à família: a dignidade da pessoa humana, o valor jurídico da afetividade e da solidariedade familiar; tratou dos interesses da família, da criança e do adolescente, e ainda dos direitos e deveres igualitários entre homens e mulheres. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), reforça-se os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, principalmente no que diz respeito aos interesses da criança.

A esse respeito Azeredo (2020) expõe que a Emenda Constitucional nº 65/2010 e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) introduziram um conjunto abrangente de direitos, impondo aos pais uma série de responsabilidades em relação à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar comunitária. Essa abordagem legislativa representa uma mudança significativa ao posicionar tais direitos como uma obrigação de ordem pública atribuída aos pais.

A imposição desses direitos como uma obrigação pública pode ser interpretada como um esforço para reforçar a proteção e o bem-estar dos jovens, reconhecendo a importância fundamental desses elementos em seu desenvolvimento. No entanto, é importante considerar as implicações práticas e os desafios associados a essa imposição legal sobre os pais. Por um

lado, a ênfase nos direitos da juventude reflete a preocupação legítima com o desenvolvimento integral e saudável das gerações futuras. Por outro lado, a imposição dessas obrigações aos pais levanta questões sobre a capacidade efetiva de cumprimento dessas responsabilidades, especialmente em contextos socioeconômicos desafiadores.

É necessário analisar como essas imposições podem afetar dinâmicas familiares e a relação entre o Estado e a esfera privada. A introdução dessas obrigações destaca a interseção complexa entre os direitos individuais, as responsabilidades parentais e o papel do Estado na garantia do bem-estar da juventude. A abordagem da legislação em impor tais responsabilidades aos pais reflete uma intenção de priorizar os direitos e o desenvolvimento dos jovens, mas a implementação e os desdobramentos dessa imposição requerem uma análise cuidadosa para garantir equilíbrio e eficácia.

No decorrer dos estudos de Azeredo (2020), vimos que a constituição da família passou por diversos modelos até chegar aos que temos na atualidade. Independente do formato, o contexto histórico mostra que a família é a primeira instituição da qual fazemos parte ao nascer. E diante da evolução dos conceitos e formatos, percebeu-se que é no seio familiar que estabelecemos os primeiros vínculos afetivos, de formação humana, de vivência social. Nele também desenvolvemos nossas primeiras e importantes virtudes humanas, como os sentimentos. Importante sabermos como a família é percebida por outros autores.

A Sociologia define família como uma instituição formada por pessoas unidas por laço consanguíneo e pela afinidade. Segundo Noronha e Parron (2017, p. 3) “A origem da família está diretamente ligada à história da civilização, uma vez que surgiu como um fenômeno natural, fruto da necessidade do ser humano em estabelecer relações afetivas de forma estável.”

Vimos que o conceito de família, data dos primórdios dos tempos em que a figura do homem representava o poder da vida e da morte, bem como a proteção dos demais membros (esposa, filhos, escravos). Na verdade, o modelo patriarcal de família que perdurou por muito tempo. Porém, esse conceito passou por transformações ao longo da história da humanidade, atravessando diversas culturas.

No Brasil, o conceito de família tem seu espaço garantido no art. 226 da Constituição Brasileira de 1988, que, não exclui, o que hoje chamam de outros modelos de entidade familiar:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil, e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (Brasil, 2014, art. 226).

Em relação à evolução do conceito de família, Noronha e Parron (2017) destacam que o Estado entendia o surgimento da família a partir do casamento, estando fora dessa concepção, aqueles que não estavam nesses moldes, o que isentava o Estado de qualquer responsabilidade sobre outras modalidades de “família.”

Importava, na época do Brasil Colônia e Império, que existisse o casamento entre um homem e uma mulher, que fosse numa das modalidades: o casamento católico; o casamento misto (católico e não católico), e o casamento entre pessoas de seitas dissidentes. Relatam Noronha e Parron (2017), que, no período colonial, no Brasil, era comum relacionamentos entre europeus e índias, no entanto, aqui não se encaixava o conceito de família, posto que imperava o que pregava a Igreja Católica, até por que, esse tipo de relacionamento era visto como uma afronta aos valores morais cristãos. E ainda o são.

Com a chegada dos negros no Brasil, mais uma oportunidade de miscigenação e de pecado, segundo a Igreja Católica. Desta feita, somente “[...] após a metade do século XVIII, com a criação da Lei do Marquês de Pombal, o casamento entre gentios e brancos foi permitido, em virtude do extermínio da escravidão indígena”, relatam Noronha e Parron (2017, p. 5).

A Igreja Católica prezava e preza desde sempre as famílias formadas por homens e mulheres das mais diferentes raças e culturas. Razão pela qual o Brasil desenvolveu desde a época de colônia, uma grande miscigenação. O casamento católico é o que prevalecia. No entanto, com a evolução do conceito de família, o Estado buscou meios de se desvencilhar da Igreja Católica admitindo o conceito de família “[...] além do caráter produtivo e econômico, abrindo espaço para a estrutura afetiva embalada pela solidariedade”, segundo afirmam Noronha e Parron (2017, p. 5).

O ECA (Brasil, 1990) reconhece três espécies de família: natural, extensa e substituta. De acordo com o artigo 25, a família natural é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes; nesse mesmo contexto, encontra-se a família natural extensa, cuja

criança ou adolescente convive com parentes mais próximos, como tios e/ou avós. A família substituta é aquela a qual a criança ou o adolescente passa a fazer parte por guarda (artigo 33 ao 35), tutela (artigo 36 ao 38) ou adoção (artigo 39 ao 52).

O terapeuta familiar e psiquiatra infantil, Minuchin (1982, p. 57) define a estrutura familiar como constituída por um “[...] conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a maneira pela qual os membros da família interagem.” Este terapeuta argumenta que nessa estrutura contém um subsistema conjugal constituído da união de dois adultos, que trazem consigo valores e experiências próprios de cada um; ambos têm funções e tarefas próprias para se viver em família, com muitos elementos de convivência e experiência comuns, como a proteção e a educação dos filhos.

Esse quadro da estrutura familiar, na opinião de Minuchin (1982) é também permeado de conflitos, principalmente quando um dos adultos precisa sair da zona de conforto. Acerca disso, o terapeuta explica que isso muito acontece quando na divisão de tarefas, homem e mulher precisam um assumir algo que “cabia” ao outro realizar, provocando divergências, dificultando o bom relacionamento familiar e até mesmo abalando a estrutura familiar. No entanto, ainda que afetem o funcionamento familiar, é sempre possível resolver os conflitos de modo que não alcance negativamente os filhos – nos ambientes doméstico e escolar. Pai e mãe devem agir de forma tal que, cada um exerça seu papel (individual) na estrutura familiar pelo bem comum.

Ainda segundo Minuchin (1982), a individualidade é também importante para o bom funcionamento da estrutura familiar. E recorda que, como sistema, a família é formada pelos seguintes subsistemas: esposo e esposa (conjugal); pai e filho (parental); irmão e irmão (fraternal). E em cada subsistema é muito importante que cada um conheça seu papel individual e dentro do contexto familiar. E entre todos, haja comunicação. E, havendo quaisquer tipos de mudanças, a estrutura familiar deve adaptar-se a elas. O terapeuta expõe a necessidade de pai, mãe e filho/s reconhecerem seus papéis no que diz respeito à “hierarquia familiar” – filho/s obedecerem a seus pais, homem “suprir” as necessidades básicas da família e auxiliar a esposa na educação dos filhos – por exemplo. De acordo com Oliveira (2009, p. 70), na realidade,

[...] não há um conceito novo de família, pois embutidos na família, existem várias possibilidades de novas configurações, não ficando exclusivamente em um único modelo. Mesmo com todos os estudos sobre famílias existentes, ainda há a dificuldade dos autores de conceituar e denominar tais configurações familiares. Essas novas famílias estão cada vez mais presentes e começam a ter visibilidade, pois fazem parte do cotidiano das pessoas e não podemos negá-las. Apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, não podemos afirmar que são socialmente aceitas, pois o embate entre a

realidade e a ideologia existente não permitiu ainda sua superação por toda a população.

Essas observações mostram que apesar de receber várias definições e contextualizações, a família constitui-se como um grupo social aceito ou não pela sociedade na qual está inserido. O formato de cada grupo chamado de família não lhe tira o conceito principal, o sentido de ser família, que é viver e conviver com pessoas que se ama, ou, que se quer manter um relacionamento, dividir as responsabilidades e os cuidados, ser feliz – seja a razão que for. Ainda que isso não aconteça cotidianamente nos relacionamentos entre as pessoas de uma mesma família.

### **3.2 Desenvolvimento sociológico da categoria família**

Reconhecemos que, com as mais diversas transformações sociais, os “modelos” de família foram ampliados e reconceituados até mesmo os papéis de cada um no contexto doméstico e no mundo do trabalho. Segundo Oliveira (2009, p. 87), “Ultimamente, o que podemos verificar é que a família vem sendo cada vez mais essencial e também responsável pelo desenvolvimento dos cidadãos, desfazendo a tese de que a família, no estado de direitos, seria prescindível e substituível”.

Quanto à organização da família nesse período moderno, é possível nos depararmos com famílias patriarcais, cujo pai é o provedor. Da mesma forma, famílias monoparentais, cujos filhos vivem somente com o pai ou com a mãe, ou ainda, pai e madrasta ou mãe e padrasto. Temos famílias que têm pai e mãe como provedores, ou famílias cujos provedores são a mãe ou os avós, e também, famílias formadas por laços sanguíneos e não consanguíneos. E isso vale tanto para aqueles que moram nas cidades como no campo.

No entanto, o que não mudou foi o sentido de ser família e a sua responsabilidade em relação ao provimento das necessidades básicas dos filhos, dentre as quais, citamos os cuidados básicos e a educação. Ao Estado e Municípios cabe oferecer a educação, e aos pais ou responsáveis fazer com que esse direito se cumpra. As transformações ocorridas na sociedade podem afetar o entendimento e a significação da criança, da sua infância e da família, “[...] de acordo com a metodologia que fundamenta sua análise, modificando seu conceito conforme o olhar que recebe, seja ele histórico, sociológico, antropológico, filosófico ou psicológico” (Ariès, 2006, p. 19). Para este autor, o que não pode acontecer, é deixar de existir o sentimento de ser família.

Dessa forma, a participação na vida escolar da criança por alguém da família, seja pai ou mãe, avós ou outros responsáveis de laços consanguíneos ou não, é uma necessidade que deveria se desenvolver junto com esse sentimento de ser família. Esse pensamento encontra respaldo no Parágrafo único do artigo 53 do ECA (Brasil, 1990), que “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.”

Ao discutir sobre as idades da vida, Ariès (2006) explica que todas as descobertas da criança são importantes, e precisam ser acompanhadas pela família, despertando nelas o sentimento de pertença. Independente da representação familiar, a vida em família é muito importante para o desenvolvimento da criança, principalmente quando ela tem claro o papel de cada um na sua vida, na sua formação.

Para Ariès (2006) em virtude das diferentes realidades que atravessam séculos, os sentimentos e significados de família foram acontecendo de forma lenta e mal percebidos, até mesmo pelos historiadores. O que muito também mudou foi a forma como a aprendizagem vem sendo garantida, de modo especial, para a criança, que assumiu lugar central da família em meados do século XVII. Até então, as crianças (poucas!) recebiam em casa o atendimento educacional. A partir de então, por influência das transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial e Científica, passaram a receber a educação formal nas escolas, o que, segundo o mesmo autor, influenciou na relação das crianças com os pais e familiares, fazendo-os todos mais próximos.

Para compreender os diversos aspectos da vida humana em sociedade, de modo especial na categoria família, recorreremos a estudiosos, como o sociólogo Durkheim (1975), para quem o que mais importa é compreender todos os grupos familiares, como instituições sociais as quais encontramos no meio em que vivemos. Trata-se de compreendermos, segundo Durkheim (1975, p. 12) “[...] um sistema de relações cujo conjunto constitui a vida da família”.

Nos dizeres do sociólogo, entre as pessoas de um mesmo grupo familiar existem graus e bens que vão além dos esposos e filhos: os gens - a genética, que caracteriza a unidade hereditária, a consanguinidade, que interfere diretamente nesse círculo restrito que é a família. Há também o Estado, que, de diversas formas mistura-se à vida familiar. Com isso, há elementos que unem Estado e família.

Ao descrever o sistema de análise da família, Durkheim (1975) esclarece que entre as pessoas e os bens, tem os elementos consanguíneos em três relações: **do marido** com seus próprios parentes e os de sua mulher; **da mulher** com seus próprios parentes e os de seu marido - resguardada a emancipação pelo casamento e pelo Direito sucessório, o parentesco por

aliança; **dos filhos** com os consanguíneos paternais e maternos – resguardados pelo Conselho de família, pela Tutela. Pelo Direito sucessório, e outros. (Negritos nossos).

Dos **esposos**, três relações prevalecem: dos futuros esposos no ato gerador da família que é o casamento – consentimento, inexistência de casamento anterior, a monogamia, sem grau de parentesco que impeça a união; dos esposos quanto às pessoas – direitos e deveres dos esposos, a natureza da relação conjugal; do esposo quanto aos bens – regime (comunhão ou separação de bens), Direito sucessório e outros (Durkheim, 1975).

Dos **filhos**, três relações existem: deles com seus pais quanto às pessoas, pelo Pátrio poder, pela emancipação e a maioridade, dentre outros elementos; deles com seus pais quanto aos bens, por meio de herança, pelos bens próprios do filho, pela tutela dos pais e outros; entre os filhos, sendo o principal elemento, o Direito sucessório (Durkheim, 1975).

Em relação aos **Estado**, temos cinco intervenções que gerem e interferem diretamente da família: a geral do Estado que sanciona o direito doméstico – a família é uma instituição social; a específica nas relações entre futuros esposos – pela celebração do casamento; a específica nas relações entre esposos – que se dá pela substituição do marido pelo Tribunal para determinadas autorizações; a específica nas relações entre pais e filhos – que acontece pela participação do Tribunal para o exercício do Pátrio Poder, as garantias da criança e possível revogação da autoridade paterna; a específica nas relações com consanguíneos – pelos Conselhos de família, nos pedidos de interdição e outros (Durkheim, 1975).

Retomamos o sentido de ser família, apresentando mais definições do termo sob o ponto de vista da Sociologia. Amaro (2004, p. 2) expõe que, mesmo a família sendo uma instituição universal, existe ainda dificuldade em sua definição, pois, trata-se de uma instituição que “estabelece associações com outros termos como casamento, filhos, casa ou parentesco, e na realidade esses são elementos que aparecem em muitas definições de família”. Este sociólogo traz a definição de Murdock (1960 *apud* Amaro, 2004, p. 4) para dizer que:

A família é o grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação econômica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente aprovada, e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adotadas.

No entanto, o citado sociólogo avalia que a família evoluiu em sua estrutura, como é visível na sociedade em todo o mundo. Portanto, Amaro (2004, p. 3) traz a definição do Instituto Nacional de Estatística, cuja definição de família é o

Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Os empregados domésticos residentes no alojamento onde prestam serviço são integrados na respectiva família.

Muito interessante este conceito por abranger todas as pessoas que estão sob o mesmo teto. Essa definição é pouco discutida e conhecida. Até ouvimos falar que determinado funcionário/empregado é “como se fosse da família”. No entanto, se observarmos os comportamentos quando envolve outros fatores – como econômico e sociais (herança, por exemplo), essa definição pode perder o valor, ou, em outros casos, ganhar notoriedade pelo mérito da relação familiar estabelecida.

Esses conceitos e reestruturações de família, conforme analisa Amaro (2004), são influenciados por diversos fatores, fazendo com que as estruturas familiares se modifiquem e estejam sempre buscando ‘seu lugar na sociedade’. No Brasil na década de 1960 e 1970 ainda enfrentava altas taxas de natalidade. Somente na década de 1980 que o país começa a reduzir a natalidade de uma forma mais efetiva.

Conforme explana Amaro (2004), o número médio de pessoas por família tem apresentado uma tendência decrescente ao longo das décadas. Em 1920, a média era de 4,2 pessoas por família, reduzindo para 2,8 no último censo de 2001. Essa diminuição está associada à queda da natalidade e fertilidade. Durante a segunda metade do século XX, a taxa de natalidade passou de 19,1 para 11,8 entre 1975 e 2000, enquanto a taxa de fertilidade, que era 3,1 em 1960, atingiu seu ponto mais baixo em 1999, chegando a 1,5. Quanto aos tipos de famílias, de acordo com o censo de 2001, temos: (1) casais com filhos - 64,8% do total de casais; (2) famílias unipessoais - 17,3% do total de famílias; (3) famílias monoparentais - 11,5% do total de núcleos familiares; e famílias reconstruídas - 2,7% do total de casais com filhos.

As famílias monoparentais, predominantemente lideradas por mães e seus filhos, aumentaram em relação ao censo anterior, muitas originadas por separações e divórcios. As famílias unipessoais, compostas por solteiros, divorciados, separados ou viúvos, com destaque para mulheres viúvas, representam 39,5% do total, refletindo a maior expectativa de vida das mulheres. O número de famílias reconstruídas está em ascensão, com 14,1% dos casamentos em 2003 envolvendo filhos não comuns ao casal. Novas formas de relacionamento, como o “Living-apart-together” (LAT), nesse formato casais vivem juntos, mas em residências separadas, têm sido observadas, embora não haja dados específicos, expõe Amaro (2004).

Quanto a relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, as estatísticas são limitadas, indicando uma pequena percentagem de indivíduos que relatam ter tido exclusivamente relações com pessoas do mesmo sexo (0,9% homens, 0,6% mulheres). Atitudes negativas em relação à homossexualidade são evidentes na sociedade portuguesa, com uma parcela reduzida considerando aceitável tais relacionamentos.

Para Amaro (2004), da década de 1920 até meados de 2001, o número médio de pessoas da família diminuiu progressivamente, passando de 4,2 para 2,8 nesse período. Apontam-se como principais causas a queda da natalidade e da fertilidade, como afirma Oliveira (2009, p. 82): “Alguns fatores podem trazer o retrato da família na atualidade e podemos verificar que a população, de uma maneira geral, tem envelhecido, as crianças têm sido evitadas, com o controle de natalidade, e as pessoas têm cada vez mais se divorciado.”

Silva (2021, p. 1) afirma que “família também deve ser compreendida como um conjunto de regras e padrões de comportamentos, que podem sofrer mudanças”. Esse ponto de vista é muito importante porque dá um significado de ser família, a ter o sentimento de pertença a um grupo consanguíneo ou não, onde cada um exerce seu papel: pais ou filhos, avós, padrasto ou madrasta.

Sob o ponto de vista da Sociologia, segundo Silva (2021), um grupo formado por pai, mãe e filhos constitui uma família nuclear; já a família estendida,

[...] é formada por pais e seus filhos, avós, tias ou tios ligados por laços consanguíneos, habitando a mesma residência. Há também a família composta, que se forma quando homens e mulheres casados e com filhos se divorciam (separam-se) e se casam novamente, constituindo nova família com os filhos da família anterior ou tendo outros. (Silva, 2021, p. 2)

Essas definições e delineamentos da Sociologia evidenciam que a família é compreendida como um grupo de pessoas que de alguma forma se relacionam, têm seu papel definido e suas responsabilidades. É no seio familiar que a criança se desenvolve, convive e tem suas experiências como filho/a, como sujeito parte integrante de um grupo, cada qual, com as suas diversas características e formações.

Oliveira (2009, p. 70) analisa que são muitas as realidades que envolvem a família na contemporaneidade, permeadas por “[...] questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado. Esta intimidade do conceito de família pode causar confusão entre as famílias com as quais pesquisamos e nossas próprias concepções sobre a configuração familiar.”

É importante diante de todo e qualquer contexto familiar, lembrar que as crianças fazem parte dessa instituição na qual recebem formação, cuidados e educação. E, independentemente de como seja seu núcleo familiar, elas têm uma pessoa responsável. Importa que, a proximidade da criança com a família constitua-se como primordial ao seu pleno e sadio desenvolvimento em todos os aspectos. Nesse contexto, à escola cabe oferecer os meios para que tal desenvolvimento aconteça, porém, com acompanhamento e apoio da família. Parecer ser lógico que a escola saiba bem seu papel e a família também precisa saber o seu e desempenhá-lo.

A condição social da criança é influenciada por dois ambientes: o familiar – os valores culturais e o ambiente emocional em casa a afetam diretamente; e o escolar – o ambiente escolar, as oportunidades dadas para a criança, sua interação com seus pares e professores desempenham um papel importante. Nesses dois espaços a criança vive suas infâncias, apreende valores e se desenvolve. Para Lerner, Campos e Mello (2016, p. 6),

Descrever a condição social de uma criança é vislumbrar o percurso de socialização ligada, ao mesmo tempo, a várias agências sociais. A socialização da criança aumenta, portanto, em complexidade, à medida que ela passa cada vez mais horas longe do contexto familiar, ao frequentar instituições de educação infantil por exemplo. A criança é um sujeito ativamente participante nesse processo e não apenas um objeto passivo de uma ação da família e da sociedade.

Os vínculos familiares desempenham um papel vital na formação e desenvolvimento das pessoas, moldando suas perspectivas e comportamentos ao longo da vida. Nesse contexto, reconhecemos a importância dos valores transmitidos pela família, como amor, afeto, cuidado e carinho, que não apenas fortalecem os laços entre os membros, mas também fortalecem para a construção de uma base emocional sólida nas crianças, promovendo um senso de segurança e pertencimento. Lerner, Campos e Mello (2016, p. 7) concebem esse pensamento e afirmam que:

No processo de construção da base segura, a família configura o contexto proximal, no qual os cuidadores têm a responsabilidade de contribuir para a preservação dos primeiros anos de vida e garantir os direitos da criança, sua sobrevivência e desenvolvimento. A sobrevivência da criança e seu desenvolvimento saudável dependem do cuidado de outra pessoa e da manutenção da proximidade de adultos que desempenhem funções de proteção e oferta de alimentação, conforto e segurança.

Lerner, Campos e Mello (2016) asseveram que as interações positivas experienciadas pela criança ainda na primeira infância, influenciam no seu desenvolvimento humano. Se suas experiências e oportunidades para construir relacionamento no início da vida são saudáveis, então, conforme explicam os autores, ela certamente terá uma base sólida. Isto inclui a formação

de valores e a capacidade da criança em conviver com outras pessoas, também de forma saudável.

Isto inclui a formação de valores, o desenvolvimento de habilidades mentais e a capacidade de conviver com outras pessoas. “Essa etapa é crucial para o desenvolvimento humano, pois nela acontecem importantes maturações físicas e neurológicas, aprendizados sociais e afetivos”, afirmam Lerner, Campos e Mello (2016, p. 4).

Nos contextos familiares atuais, a problemática da desproteção e violência desponta como um sério desafio a ser enfrentado. Esses aspectos ganharam força devido aos indicadores alarmantes de violência que se manifestam dentro das famílias. Infelizmente, o ambiente que deveria ser um refúgio seguro para seus membros pode, em muitos casos, tornar-se um cenário de vulnerabilidade, a desproteção e a violência se manifestam de diversas formas. Tais manifestações podem ser influenciadas por fatores sociais, psicológicos e culturais, criando um ciclo complexo de dinâmicas prejudiciais. E isso é uma realidade, conforme expõem Lerner, Campos e Mello (2016, p. 7).

Estudos têm focado no impacto que as condições de vida de mães e de pais exercem sobre o desenvolvimento da criança e especificamente na sua saúde emocional. Por exemplo, pais e mães em situação de vulnerabilidade social ou que possuam algum distúrbio psicológico, como depressão ou ansiedade, podem ter mais dificuldades para proporcionar o estabelecimento de vínculos seguros. Filhos de pais e mães cujas condições econômicas, sociais, físicas ou emocionais se caracterizam como desfavoráveis, tendem a apresentar, com maior frequência, problemas de comportamento, de relacionamento e de desempenho escolar, quando comparados com filhos de pais que usufruem de situações mais adequadas.

Abordar essa questão exige não apenas compreender suas causas profundas, mas também implementar estratégias preventivas e de intervenção que promovam a segurança, o respeito e o bem-estar dentro das famílias. Lerner, Campos e Mello (2016, p. 8) asseveram que “A execução de políticas que apoiem as famílias na formação de vínculos deve ocorrer em vários segmentos da sociedade, envolvendo profissionais de diferentes especialidades”.

Parafraseando Lerner, Campos e Mello (2016), no Brasil a falta de um diálogo efetivo entre a escola e a família na educação infantil e também no ensino fundamental é uma realidade em diversas situações sociais. Estudos constataram que os desencontros e conflitos entre pais e professores, os colocam como responsáveis pelo processo educacional das crianças.

Assim, enfatizamos a importância da família na formação das crianças, reconhecendo os desafios e influências sociais e psicológicas, bem como a necessidade de diálogo entre escola

e família, apontando para a execução de políticas que promovam o suporte à formação de vínculos familiares saudáveis.

## **4 A EDUCAÇÃO FORMAL E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

Nesta seção propomo-nos trazer elementos que situem aspectos da educação formal no Brasil, mais notadamente aspectos de natureza normativa e legal. Também pretendemos situar componentes que permitam compreender e situar a função social da escola enquanto *lócus* da pesquisa em curso.

### **4.1 Aspectos históricos e legais da Educação Brasileira**

A história da educação brasileira apresenta diversos marcos legais que ao longo dos anos vêm transformando-a, tendo como primordial atender da melhor forma ao artigo 205 da CF de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse contexto, Leis, Políticas públicas e outros aspectos legais vêm regulando e norteando a educação escolar brasileira, visando avanços e desdobramentos no atendimento a todos os estudantes, com respaldo do Ministério da Educação, em conjunto com a União, dos Estados e Municípios. No entanto, a história da educação brasileira antecede a CF de 1988. No Brasil Colônia, temos dois marcos: (1) a chegada dos Jesuítas no ano de 1549 e (2) a Reforma Pombalina (1759).

Com a chegada dos Jesuítas, o povo que nas terras brasileiras vivia foi catequisado. Até a Reforma Pombalina lhe era ensinado o Português e o Espanhol, seguindo o sistema de repetição, memorização e provas periódicas. A Reforma Pombalina expulsa os Jesuítas, passa a desenvolver uma educação organizada pelo Estado e que atendesse aos interesses da Coroa, e cria escola para mulheres.

No Primeiro Reinado (1822), o ensino passa a ser mútuo, dinâmico e oral, cujo objetivo era ensinar o maior número de pessoas possível. Em 1937 o ano é marcado pela inauguração da Escola Pedro II, no Rio de Janeiro, nome dado em homenagem ao imperador do Brasil, Dom Pedro II. A escola tinha um currículo que visava o atendimento ao sistema burocrático e

ideológico da liderança política da época. No Segundo Reinado (1840) surgem as escolas influenciadas pelo Positivismo<sup>2</sup> e o Cientificismo<sup>3</sup>.

No Quadro abaixo, apresentamos os marcos da educação brasileira no Período Republicano.

Quadro 6 - História da educação brasileira no Período Republicano

<b>Período:</b> <b>República</b>	República velha (1889 a 1930)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ensino laico;</li> <li>➤ Primeiro jardim da infância (1895);</li> <li>➤ Escola Nova (1920): O aluno como sujeito mais importante; conhecimento próximo à realidade do aluno.</li> </ul>
	Era Vargas (1930 a 1945)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação do Ministério da Educação (1930);</li> <li>➤ Ensino tecnicista; organização do Ensino Secundário Universitário (1931);</li> <li>➤ Assinatura do Manifesto da Escola Nova (1932);</li> <li>➤ Projeto de alfabetização de jovens e adultos (1934).</li> </ul>
	República Popular (1945 a 1964)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação da primeira LDB (1961).</li> </ul>
	Redemocratização (1988)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação da terceira LDB (1996) → creches e pré-escola como primeira etapa da educação básica; Direito universal da educação;</li> <li>➤ Criação do ENEM (1998);</li> <li>➤ Criação do PROUNI (2004);</li> <li>➤ Criação do Plano de Desenvolvimento de Educação (2007);</li> </ul>

<sup>2</sup> Corrente sociológica cujo precursor foi o francês Auguste Comte (1789-1857). Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo e das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial. Propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente teologia ou metafísica. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/cientificismo/positivismo/>.

<sup>3</sup> A crença de que a ciência pode explicar tudo. O exagero na importância de uma teoria científica pretendendo aplicá-la a fenômenos que vão além do escopo da mesma. Uma ideologia baseada em uma interpretação errada ou que extrapola o que uma teoria científica diz. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/cientificismo/positivismo>.

		<p>➤ Retorno das disciplinas de Filosofia e Sociologia na grade do ensino médio (2008).</p>
--	--	---

Fonte: Adaptado de <https://www.mindmeister.com/pt/1450090815/hist-ria-da-educa-o-no-brasil>. (2023)

Na visão de Silva (2011), a história da educação brasileira é cheia de mazelas, sendo o documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova utilizado como parâmetro para muitos debates sobre a temática, por entenderem os estudiosos que, muito do passado poderia aplicar-se no atual contexto para solucionar alguns problemas. Esse documento

[...] representou um marco na educação brasileira ao eleger a escola pública, laica, gratuita como responsabilidade do Estado, servindo muitas vezes de modelo a ser seguido pelas ações educativas, abrindo uma nova história das ideias pedagógicas no Brasil. Não se trata de reivindicar a atualidade do documento, mas de entendê-lo no seu tempo, ainda que muitos dos desafios atuais apresentem características muito próximas daqueles enfrentados na época, ao relacionar o tema da escola pública ao campo das demandas sociais. Os signatários do Manifesto deram o início a uma longa trajetória de luta ao lançarem as bases de um projeto acerca da valorização da escola pública na construção do Brasil moderno, reafirmando aquilo que já se configurava desde o início da República, ou seja, uma forte oposição à chamada escola tradicional. (Silva, 2011, p. 522).

O certo é que, a escola pública representa um grande avanço e que será sempre tema de pesquisa, por tratar-se de um sistema responsável por grande parte da educação do povo brasileiro. E não poderia ser diferente. Da mesma forma, as Leis de Diretrizes e Bases, que trouxeram a organização necessária para nosso sistema de ensino.

Silva (2011) destaca o período da Primeira República como uma fase de profunda instabilidade, abrangendo aspectos econômicos, políticos e sociais. Os historiadores caracterizam esse momento como uma transição gradual de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana-industrial. Essa transformação representou uma ruptura significativa com o sistema de dominação do latifúndio, que até então estava nas mãos dos “donos do poder”. Paralelamente a essas mudanças estruturais, observa-se o início do processo de organização da vida urbano-industrial, delineando novos padrões sociais e econômicos.

Contudo, esse período não se limitou a transformações materiais e econômicas. Foi também um momento de intensos debates e disputas em torno de um projeto educacional para o Brasil. A emergência de uma sociedade mais complexa e urbana trouxe à tona a necessidade de repensar o sistema educacional, buscando adequá-lo aos novos desafios e demandas da época. As discussões em torno desse projeto educacional refletem as diferentes visões e interesses presentes na sociedade brasileira durante a Primeira República.

Portanto, ao analisar esse contexto, percebemos que as mudanças estruturais não se restringiram apenas ao âmbito econômico, estendendo-se também ao campo social e educacional. Esse período se configura como uma fase de transição multifacetada, marcada por desafios e transformações que moldaram os rumos do Brasil no início do século XX.

Obviamente que não há como dissociar a história da educação da história política, econômica e social brasileira, marcada por transformações que influenciaram e influenciam em todo o tempo. Dificilmente as transformações sociais econômicas ocorreriam caso a educação escolar não chegasse aos trabalhadores nesse primeiro período. Silva (2011, p. 524) afirma que as ideias positivistas de educação a previam como um elemento essencial para o progresso do País, discurso este, presente na classe política; “[...] desde 1870, a liberdade, a laicização, a expansão do ensino e a educação para todos eram bandeiras levantadas pela burguesia nascente no Brasil”.

Outro fator muito relevante nesse contexto, foi a atenção de políticas sociais voltadas à mulher em meados da década de 1970, quando lhe foram dadas as oportunidades e “[...] condições e desenvolvimento de habilidades e atitudes para melhor gerir o lar”, o que foi um grande avanço, como explica Oliveira (2009, p. 88).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e sancionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), segundo Oliveira (2009, p. 87) “[...] o olhar da política pública foi voltado para as crianças na família [...]”; o lema era “Lugar de criança é na família, na escola e na comunidade”. Desde então, as políticas públicas vêm trabalhando nesse sentido. Essa mudança de foco reflete uma preocupação renovada com o desenvolvimento infantil e consolida a compreensão da importância da criança no contexto familiar, escolar e comunitário. Desde então, as políticas públicas têm seguido essa orientação, buscando fortalecer o papel da família e da comunidade no cuidado e formação das crianças.

No próximo quadro apresentamos a continuidade da história da educação brasileira a partir de 2009, destacando os principais marcos do período, segundo o MEC (Brasil, s/d).

Quadro 7 - História da educação brasileira a partir de 2009

Anos	Principais marcos
2009	➤ Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009: instituiu o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) visando o fortalecimento dos sistemas de ensino dos

	Estados e do Distrito Federal, com propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissional.
2010	➤ Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010: criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com o objetivo de ofertar vagas para seus cursos de graduação aos candidatos que participaram da edição anterior do Enem.
2011	➤ Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011: criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica; ➤ Decreto nº 7.642, 13 de dezembro de 2011: instituição do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), visando a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência.
2012	➤ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas): instituiu a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
2014	➤ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: aprovado o Plano Nacional de Educação, com diretrizes, metas e estratégicas para a educação para o prazo de 10 anos.
2015	➤ Lançada a BNCC - Base Nacional Comum Curricular: documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica.
2016	➤ Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016: criado o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).
2017	➤ Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 - Lei da Reforma do Ensino Médio: definiu uma organização curricular mais flexível, com a oferta de diferentes itinerários formativos; ➤ Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017: homologou a BNCC.
2018	➤ Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018: instituiu o Programa de Apoio à Implementação da BNCC; ➤ Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018: instituiu o Programa Mais Alfabetização (PMALFA)
2019	➤ O MEC anunciou em 11 de julho um compromisso nacional pela educação básica em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de

	<p>Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), visando impulsionar a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019: instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA) infantil;</li> <li>➤ Lançado em 5 de setembro de 2019 o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que prevê a implementação de 216 colégios até 2023;</li> <li>➤ Lançamento, em 5 de dezembro, do <b>Programa Conta Pra Mim</b>, que faz parte da Política Nacional de Alfabetização, visa estimular o desenvolvimento intelectual na primeira infância, por meio da leitura; reúne uma série de materiais para orientar e estimular os pais a incorporar as práticas de literacia familiar, técnica aplicada na convivência entre pais e filhos.</li> </ul>
2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Portaria N. 280: lançada em 18 de fevereiro – trata-se do programa Tempo de Aprender, que visa o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização a professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental.</li> </ul>

Fonte: Ministério da Educação (Brasil, s/d).

Foram muitas as transformações trazidas por todos esses marcos na educação brasileira, em todos os níveis de ensino. Incluímos como marcos neste período: a expansão desenfreada do modelo Educação a Distância (EaD) no ensino superior e na formação continuada; a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) permanente em 2020; os vários desafios da Pandemia a partir de 2020. Na educação infantil, talvez este tenha sido um dos períodos em que a escola mais conversou (mesmo que virtualmente) com as famílias e vice-versa.

A era digital trouxe consigo uma revolução nas relações sociais, culturais e na forma como pensamos, sentimos e vivemos coletivamente. A rápida disseminação e criação de informações por meio da tecnologia digital moldaram novos hábitos e influenciaram significativamente a maneira como nos comunicamos, consumimos mídia e gerenciamos nosso tempo. Nesse contexto, a educação também está passando por transformações substanciais, determinando novos processos de ensino e aprendizagem.

A revolução digital, que teve seu início nos anos 90 com o desenvolvimento da Internet, trouxe consigo mudanças radicais nos meios de comunicação tradicionais, como jornais, rádio

e televisão. A convergência cultural, digital e midiática, conforme destacado por Jenkins (2008), marcou esse período, resultando em um aumento significativo no fluxo de conteúdos em diversas plataformas digitais e na diversificação dos meios de comunicação.

Nesse cenário, professores, enquanto consumidores desse novo paradigma educacional, são incentivados a buscar novas informações e estabelecer novas conexões com conteúdos de mídia. A transformação cultural é evidenciada pela capacidade dos indivíduos de serem autores e emissores no compartilhamento de projetos e ideais em um modelo “todos-todos”. Os *sites* tornaram-se elementos cotidianos na experiência dos internautas, que navegavam pelo ciberespaço de forma livre, interagindo com diferentes formas de conteúdo textual, sonoro e visual.

A necessidade, muitas vezes impulsionada por eventos como a pandemia, tem sido um dos principais catalisadores para a inovação e melhoria nos processos educacionais. A rápida adaptação das partes envolvidas na educação, diante da necessidade de proporcionar conteúdo pedagógico de maneira remota, demonstra a capacidade de apropriação tecnológica em resposta a desafios emergentes. Essa adaptação forçada, embora desafiadora, também ressalta a resiliência e a capacidade de inovação frente a circunstâncias adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2022), no período entre 2011 a 2021, os cursos superiores na modalidade de EaD experimentaram um aumento significativo de 474%, enquanto os cursos presenciais diminuíram em 23,4%. Em 2011, a participação da EaD era de 18,4%, chegando a 62,8% em 2021, conforme os resultados do Censo da Educação Superior 2021 divulgados pelo Inep e pelo MEC. Entre 2020 e 2021, o crescimento de ingressantes em cursos superiores foi impulsionado exclusivamente pela EaD na rede privada, com um aumento de 23,3%, enquanto os cursos presenciais apresentaram uma redução de 16,5%. Em 2019, a EaD ultrapassou o presencial nas instituições privadas, alcançando 70,5% em 2021.

O censo de 2021 revelou 2.574 instituições de ensino superior, sendo 87,68% privadas e 12,2% públicas. A rede privada ofertou 96,4% das vagas, enquanto a pública ficou com 3,6%. O número total de matrículas ultrapassou 8,9 milhões, com 76,9% em instituições privadas e 23,1% em públicas, apresentando um aumento médio anual de 2,9% no percentual de estudantes matriculados na educação superior entre 2011 e 2021. No âmbito da relação entre matrícula e modalidade de ensino, a EaD se destacou, registrando mais de 3,7 milhões de matriculados em 2021, representando 41,4% do total. Ao longo da série histórica de 2011 a 2021, as matrículas em EaD aumentaram 274,3%, enquanto as presenciais apresentaram uma queda de 8,3%, expõe o Inep (2022).

O então presidente do Inep, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, destaca a importância de refletir sobre a direção que a educação superior brasileira está tomando, considerando os resultados do censo. Ele ressalta aspectos positivos da expansão da EaD, como o aumento no número de alunos e a possibilidade de acesso em todo o território nacional. Contudo, destaca a necessidade de supervisão, regulação e avaliação para garantir a qualidade dos cursos. Quanto à formação de docentes, ele aponta a relevância de avaliar se o modelo EaD é adequado para todas as áreas, sugerindo a eficiência desse formato para uma segunda licenciatura, quando o profissional já possui formação inicial e experiência pedagógica. (Inep, 2022).

De acordo com Souza (2023), o FUNDEB, fundamentado no direito fundamental à educação, busca promover a igualdade de oportunidades e melhorar a qualidade do ensino. Ele redistribuiu recursos para garantir padrões mínimos e acesso universal à educação básica pública, enfatizando a valorização dos profissionais da educação. Os princípios que regem o FUNDEB refletem a demanda coletiva por uma educação de qualidade, justiça social, igualdade de oportunidades e desenvolvimento humano integral. A Emenda Constitucional 108/2020 tornou o FUNDEB uma política permanente, aumentando a contribuição da União para 23% até 2026. A utilização dos recursos permanece, pelo menos, 70% para a remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Essa mudança visa reduzir desigualdades educacionais, assegurando acesso a uma educação de qualidade em todo o país, analisa Souza (2023).

O FUNDEB tem impactos acadêmicos, sociais e econômicos significativos. No campo acadêmico, contribuiu para melhorar a qualidade do ensino, infraestrutura escolar, métodos pedagógicos e valorização docente. Na sociedade, promove inclusão educacional, reduzindo disparidades sociais. Economicamente, impulsiona o desenvolvimento local ao descentralizar recursos e estimular a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A constitucionalização permanente do FUNDEB representa um avanço na garantia de uma educação de qualidade, equalizando oportunidades e combatendo desigualdades, destacando seu papel como instrumento para quebrar o ciclo da miséria e exclusão social no Brasil, explica Souza (2023).

O Fundo permanente tem três parcelas de contribuições, visando reduzir disparidades entre os Fundos, equalizar recursos para estudantes carentes e incentivar redes de ensino a melhorar seu desempenho. Souza (2023) complementa afirmando que apesar de oportunidades expansivas, a análise indica a necessidade de aprimoramentos, especialmente na formação e valorização profissional docente e na efetiva melhoria da qualidade educacional, fatores interligados.

Importante salientamos a relação escola e família, fortalecida em tempo de pandemia, ainda que de forma virtual. Durante a pandemia de coronavírus, o ensino remoto tornou-se uma necessidade, impactando a rotina de alunos e exigindo adaptações dos pais. “É vital, repensar a parceria entre a escola e os pais na vida escolar dos estudantes. Os pais, estão cada vez mais sobrecarregados por diversas atividades e transferem para a escola o seu dever de educar os filhos”, complementam Barros e Menezes (2021, p. 10).

A participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos ganhou destaque, sendo um elemento essencial para o sucesso do ensino remoto. Apesar dos desafios, essa parceria fortalecida entre família e escola durante a pandemia pode resultar em benefícios duradouros, incentivando a participação contínua dos pais na educação de seus filhos, mesmo após o retorno às aulas presenciais. Barros e Menezes (2021) afirmam que a união e a compreensão no ambiente familiar são fundamentais para superar os desafios e aprender lições valiosas durante esse período difícil.

Esse histórico evidencia o quanto se tem buscado melhorias para estudantes, educadores e instituições de ensino de modo geral. As escolas vêm ao longo dessa história, implementando programas, planos e políticas para oferecer sempre uma educação de qualidade aos estudantes.

#### **4.2 A função social da escola**

Reconhecemos a importância da educação formal na história do Brasil em todos os aspectos. Ao discutir o papel da educação formal e informal na escola e na sociedade, Biesdorf (2013, p. 2) afirma que “A educação possui um papel fundamental perante a sociedade. Na atualidade, vive-se uma crise: por um lado, a nova estrutura familiar não mais está educando os filhos, repassando este papel à escola; já a escola não assume este papel, e nem está preparada para esta função.”

Há todo um contexto que nos leva a compreender a função social da escola a partir de suas práticas. Lembrando que, conforme explica Biesdorf (2013, p. 3), a educação formal escolar tem os seguintes objetivos: “[...] a formação da pessoa humana, o desenvolvimento da ciência e o domínio da técnica, sendo estes três fatores indispensáveis para que o homem consiga se inserir numa sociedade e viver de acordo com as regras desta sociedade.”

Até chegarmos nessa compreensão do papel da educação escolar, muitas transformações ocorreram, permanecendo ativas as contribuições de cada elemento (aspectos legais, vertentes

pedagógicas e metodologias, por exemplo) que faz com que a educação aconteça. Segundo Guiraldelli Júnior (2018, p. 15), o

[...] entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo, ou seja, em última instância, resumiu-se à ideia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Portanto, muitas vezes atuando em separado e até mesmo contra o entusiasmo, o otimismo caracterizou-se por sua ênfase nos aspectos qualitativos da problemática educacional.

Diante das relações acima (entusiasmo-expansão-condições) a escola vem ano a ano desenvolvendo um trabalho no sentido básico de formar pessoas capazes de atuar na sociedade de forma crítica, buscando sempre fazê-lo com qualidade. Tudo isso é fruto dos diversos avanços nos aspectos legais no que diz respeito aos incentivos e investimentos nas escolas pelo País – mesmo que não seja de forma igualitária. São frutos de muitas lutas político-pedagógicas, que obviamente não foram todas exitosas.

Guiraldelli Júnior (2018, p. 19) afirma que três vertentes pedagógicas formaram o cenário dessas lutas no período da Primeira República: “[...] a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária”, e estão essas, segundo o autor, “associadas a três diferentes setores sociais.”

Sá (2014, s/p) explica que na Pedagogia Tradicional o papel da escola é “[...] promover uma formação puramente moral e intelectual, lapidando o aluno para a convivência social, tendo como pressuposto a conservação da sociedade em seu estado atual (*status quo*)”. Nesse contexto, foca-se a cultura, cabendo à sociedade a resolução de problemas sociais. Quanto aos conteúdos de ensino, estes são repassados aos estudantes como verdades absolutas, desconsiderando seus conhecimentos prévios. “A metodologia de ensino é a exposição verbal por parte do professor e a preparação do aluno. O foco principal é na resolução de exercícios e na memorização de fórmulas e conceitos”, explica Sá (2014, s/p). O ensino é mecânico, e a avaliação também.

Já, a relação professor-aluno, segundo Sá (2014, s/p) “[...] é marcada pelo autoritarismo do primeiro em relação ao segundo. Somente o professor possui conhecimento para ensinar, o papel do aluno é o de receber o conhecimento transmitido pelo professor. O silêncio em sala de aula é imposto pela autoridade docente”.

A Pedagogia Nova, segundo Santana (2010, s/p) tem como principal característica, o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem, sendo o professor, o “condutor desse processo. “É comum encontrar, nas escolas que adotam esta corrente pedagógica, o mestre

transitando entre alunos que atuam sozinhos ou em grupo.”. E a Pedagogia libertária, é descrita por Sá (2013, s/p) nas seguintes palavras:

Na prática pedagógica as relações entre professores e alunos inscrevem-se num quadro estrutural auto gestor, mutualista e federativo. A auto-organização da educação e da pedagogia baseava-se em pressupostos de solidariedade e fraternidade o que, em princípio, inviabilizaria todo o tipo de relações hierárquicas traduzidas em tipos de autoritarismo e de dominação entre professores e alunos. Pedagogicamente, a escola modelo para os anarquistas é a ‘escola-oficina’ que permitia um processo de aprendizagem de conhecimentos politécnicos. A politecnicidade era uma pedagogia que permitia um acesso ao conhecimento dos diferentes ofícios, através da experiência e da racionalidade científica e simultaneamente de relações sociais espontâneas e simples, sem hierarquias e autoridades morais exteriores ao indivíduo e ao coletivo a que pertencia.

Como vimos, é na escola que as teorias pedagógicas encontram seu lugar de desenvolvimento. E de acordo com Felden *et al.* (2013, p. 73-74), historicamente a escola é responsável por estabelecer um processo educativo que contribua efetivamente para a formação humana. Essa ação educativa é direcionada por objetivos, além de condições metodológicas e organizativas alinhadas aos interesses dos envolvidos.

Na contemporaneidade, o professor permanece como mediador do conhecimento, e o estudante, como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, sendo orientado a atuar desde a sala de aula com autonomia na (re)construção do conhecimento, aprendendo ao mesmo tempo, nos dizeres de Felden *et al.* (2013, p. 74), “[...] conteúdos (objetos de conhecimento a ser apreendidos), de objetivos, de métodos, de técnicas coerentes com os objetivos desejados.”

Biesdorf (2013, p. 2) cita Libâneo (1994) para afirmar que o objetivo da educação é “[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade”.

A função social da escola é amplamente definida pela legislação educacional vigente e por perspectivas pedagógicas fundamentais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a escola tem como propósito desenvolver o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, buscando a formação integral do indivíduo para o exercício da função social. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também reforçam o papel da escola na promoção do desenvolvimento integral, enfatizando aspectos cognitivos, socioemocionais e éticos.

Freire (2019), por sua vez, é um pensador que enfatiza a dimensão humanizadora e emancipatória da educação. Sua abordagem pedagógica enfoca a importância da

conscientização, da participação ativa e do diálogo como ferramentas para a emancipação dos indivíduos e a transformação social. Freire enfatiza a necessidade de uma educação que promove a criticidade, a reflexão sobre a realidade e a capacidade de intervenção construtiva no mundo.

Freire (2019) aborda várias dimensões da educação e da escola. Sobre a concepção dialógica da educação, o autor propõe uma abordagem dialógica, onde o diálogo é fundamental para a construção do conhecimento. Ele destaca a importância da interação entre educadores e educandos, enfatizando a horizontalidade nas relações. Em relação à alfabetização crítica (decodificar o mundo), esta vai além da simples decodificação de letras; ela busca capacitar os indivíduos a decodificar o mundo ao seu redor, compreendendo criticamente as estruturas sociais e questionando a realidade.

Para Freire (2019), a educação é uma prática de liberdade, um processo emancipatório que capacita os indivíduos a pensar criticamente, agir e transformar suas realidades. Segundo este autor, a conscientização é um elemento-chave nesse processo, envolvendo a reflexão crítica sobre a realidade, de modo a empoderar os educandos, permitindo que se tornem agentes ativos na transformação de suas vidas e comunidades.

A contextualização cultural é vital para Freire (2019), e ele defende que a educação deve ser sensível às diferentes realidades culturais, incorporando as experiências dos educandos no processo de aprendizado. Outro elemento primordial, é a dimensão ética na educação freiriana destaca a importância de uma prática educativa baseada na justiça, na solidariedade e no respeito mútuo, promovendo valores éticos na formação dos indivíduos. O referido autor advoga pela popularização da educação, tornando-a acessível a todos, sem distinção de classe social. Ele busca superar as barreiras que limitam o acesso à educação e propõe uma abordagem inclusiva.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel relevante como espaço de formação técnica, humana e social. Ela deve ser um ambiente incentivado para a construção de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades que capacitem os estudantes a se tornarem cidadãos conscientes, críticos e ativos em suas comunidades. Portanto, a função social da escola transcende o mero repasse de informações, incorporando também a promoção de valores como solidariedade, respeito à diversidade e justiça social.

Diante dessas perspectivas, é essencial que a educação se volte para o desenvolvimento individual e para a capacidade de engajamento na sociedade e na construção de um mundo mais justo e igualitário. A visão de Freire (2019) sobre a educação humanizadora e emancipatória,

aliada aos princípios alcançados na LDB, BNCC e DCNs, enfatiza a importância da escola como agente transformador e promotor de uma educação que contribui efetivamente para a formação de sujeitos conscientes e comprometidos com o bem comum.

Assim, a função da escola é essa: cumprir com o processo de ensino e aprendizagem, considerando as diferentes realidades dos estudantes, compreendendo os fatores que nesse processo interferem, contando com a colaboração do Estado e da família, como prezam os documentos que embasam a educação brasileira.

## 5 AS ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS INFÂNCIAS

Nesta seção, objetivamos abordar teoricamente algumas indagações que contribuirão para a resposta de nossas questões, e desempenham um papel fundamental em relação à sinergia, dos propósitos e das práticas colaborativas que transcendem fronteiras em prol da educação das crianças nas infâncias, tema central de nossa pesquisa.

### 5.1 Cenário nas bibliografias

Por meio das indagações que nos moveu à essa pesquisa, exploramos o cenário acadêmico e social em que nos inserimos, considerando a família e a sociedade, bem como o tipo de escola existente, seja ela tradicional, crítica, domesticadora, humanizadora, pública, republicana e democrática. Nossa investigação também visa a compreender a questão da equidade no acesso à educação, as diversidades familiares e possível influência das subordinações econômicas e sociais que condicionam as ações da família em relação à escola. E ainda, se essa relação colaborativa entre família e escola (in)depende dessas variáveis.

É possível dizermos que o cenário atual é marcado por uma série de desafios, seja em relação à educação ou em relação à família, ou ainda, na interação entre ambas. O que reflete na sociedade e no tipo da escola, o que também pode acontecer na situação inversa. Isso, pois, como corresponsáveis pela formação das crianças, a família e a escola sofrem influência do contexto social em que estão inseridas. Essa percepção recebe respaldo de Quirino (2015, p. 9), que, ao estudar “As contribuições e influências do contexto social para a aprendizagem”, afirmou que,

Tendo por base as diferentes culturas, necessidades e formas de viver que encontramos na sociedade, ou melhor, peculiaridades vindas de diversos grupos sociais, é que o homem consegue estabelecer relações e se adaptar em um determinado contexto social, o qual vai influenciar de alguma maneira sua vida atual, e suas decisões futuras, de acordo com o que é socialmente valorizado no meio em que está inserido. A escola, por sua vez, deve compreender e respeitar “[...] quem eles são e quem eles desejam ser” (BIESTA, 2013, p.22), pois a criança está se formando antes mesmo de adentrar nesse local, recebendo com grande influência em si, mesmo que inconscientemente, o valor que a educação tem para o grupo social ao qual pertence. (Quirino, 2015, p. 9-10).

Em razão das várias mudanças nas estruturas familiares, que têm apresentado distintas configurações (pais do mesmo sexo, por exemplo), a sociedade contemporânea reflete essa diversidade. O que acaba impactando na compreensão da educação pelas famílias, que têm se

mostrado cada vez mais exigente no que diz respeito aos processos de inclusão e sensibilidade às diversidades.

Os diferentes tipos de escolas as quais nossas crianças têm frequentado, variam de públicas a privadas, de tradicionais a críticas, de domesticadoras a humanizadoras. Cada uma delas adota distintas abordagens em relação à educação e ao ensino, de modo que, a equidade no acesso à educação nem sempre seja uma realidade. O que permanece um desafio, cabendo às políticas públicas a promoção de medidas educacionais (de fato) inovadoras, capazes de diminuir as diferenças socioeconômicas e proporcionar oportunidades educacionais para todos, conforme preza a CF de 1988.

O contrário disso, acaba, por vezes, levando os próprios pais a afastarem os filhos da escola, abrindo mão de uma educação que não visualiza suas necessidades e fragilidades. Ou o próprio aluno, que até ainda na primeira infância não se sente parte do ambiente escolar, seja a razão qual for. A esse respeito, Quirino (2015, p. 11) argumenta que,

Talvez seja esse o motivo que as aprendizagens informais se consolidam de forma tão importante na vida dos indivíduos – e todo aprendizado deve ser -, mas o que ocorre é que nem todas as escolas se comprometem a prover cultura – principalmente para os mais pobres. O reflexo dessa situação é que as pessoas acabam obtendo a aprendizagem significativa longe do âmbito escolar. Como podemos perceber em momentos informais, em que os indivíduos deixam transparecer que tem mais interesse e nutrem maior carinho e preferência por outras instituições e grupos do que com a escola. O aluno que não se sente parte da cultura escolar e não vendo significado de ser, acaba se distinguindo cada vez mais da escola e se agregando dos conhecimentos e valores no convívio social.

As famílias em situação de vulnerabilidade social, geralmente são afetadas em suas ações e relação com a escola, por enfrentarem dificuldades para uma participação mais ativa na educação de seus filhos. Dessa forma, urge a necessidade de políticas sociais que tenham como foco a redução das desigualdades e o apoio à essas famílias.

Dessa forma, Quirino (2015) destaca que, de modo geral, cada um tem suas particularidades – pessoas, professores, alunos. Cada um vive em contextos e realidades diversas, com seus próprios objetivos. No entanto, a pesquisadora admite que tudo deve convergir para a coexistência, para a troca de experiências, caminhando no mesmo sentido: oportunidades e conhecimentos disponíveis para todos. Ainda segundo a pesquisadora, a responsabilidade do professor é justamente promover o aprendizado utilizando de diversas abordagens, já que cada criança responde de maneira particular aos estímulos externos. “É necessário respeitar o ponto de partida, o qual nunca é o mesmo, mas garantir que o ponto de chegada seja alcançado em igualdade” (Quirino, 2015, p. 12).

O que temos presenciado no atual cenário, como pais e educadores, é a necessidade de uma educação mais inclusiva, que consiga atender e acompanhar a diversidade das famílias, que compreenda a influência que suas condições sociais e econômicas exercem sobre elas – de modo especial, os filhos. Portanto, garantir a sinergia de propósitos e práticas colaborativas entre escola, família e sociedade é primordial para a promoção de uma educação de qualidade e equitativa para todas as crianças.

Na análise de Piske, Garcia e Yunes (2020), a educação é intrínseca a vida de cada um de nós. E a formação do professor para atuar nas infâncias é influenciada pelo contexto social como um todo, no que se refere aos valores e representações sociais que reverberam na sua prática e no produto desta. A atividade do professor implica sua ação de conhecimento em saber agir, em operacionalizar e dar sentido ao que suas crianças vivem e precisam compreender para atuarem – os fenômenos sociais intrínsecos à vida desde o nascimento.

“O educar é algo que fazemos no e com o viver.”, afirmam Piske, Garcia e Yunes (2020, p. 7). Assim, a educação escolar é o que move as crianças a viverem, a validarem as relações entre a realidade e o conhecimento, ao que emerge na sua vida dentro e fora da escola. Entretanto, o conhecimento construído no espaço escolar, carece não só do professor, mas da família da criança, para que ela consiga relacionar suas aprendizagens – escolar e de mundo, ser educada e orientada para desenvolver seu pensamento crítico nos mais diferentes espaços sociais, até mesmo, no familiar.

O processo de educar indica movimento permanente, porque, a existência humana assim é – enquanto sujeitos biopsicossociais que somos. Cada um de nós tem a sua história dentro de uma mesma sociedade, e esta, conta de “diferentes sociedades” e diferentes momentos, nos quais precisamos exercitar nossas concepções e capacidades humanas para permanecer em sintonia nesse meio, nas nossas relações consigo mesmo e com a sociedade, nos mais diversos contextos – culturais, sociais.

É dessa forma que nossas identidades vão se formando, “no equilíbrio das relações entre o coletivo e o individual, o público e o privado, o pensamento flexível e o pensamento único/homogêneo. [...] os seres vivos estão interligados no e com o mundo, por isso é importante uma conversação entre os condicionantes”, argumentam Piske, Garcia e Yunes (2020, p. 8).

O que trazemos até então nesse parte do texto, é para que reflitamos a seguinte percepção: família e escola são as principais bases nas quais as crianças vivem suas primeiras experiências, iniciam a formar sua identidade pessoal – a qual podemos ler como uma identidade formada por várias outras identidades, tais como familiar, religiosa, étnica, cultural.

Em cada uma dessas, ela precisa apreender e viver os valores e as regras, para compreender o seu papel pessoal na sociedade. É a fusão de conhecimentos e do desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social que a forma. Nesse contexto, trazemos a escola e a família como coparticipantes dessa fusão. Isso, porque, corroboramos com a seguinte visão de Piske, Garcia e Yunes (2020, p. 9):

As pessoas não são e/ou estão isoladas do contexto, mas, sim, precisamos entender que tudo está relacionado, que não temos como tirar a pessoa do lugar, pois ele é o ambiente, uma forma de sistemas. Então, o que é a perspectiva sistêmica? A visão sistêmica é uma forma de olhar e atuar no mundo e com ele, percebendo, assim, as conexões entre e com as pessoas e o ambiente.

Nossa compreensão é de que a criança precisa do olhar sistêmico da família e da escola no seu processo de aprendizagem e de desenvolvimento integral. Ela não pode ser “educada” de um jeito em casa e de outro na escola, atuar num terceiro espaço de uma forma que os dois ambientes anteriores não tenham contribuído para essa outra relação. A criança precisa nessa educação de sinergia, e também desenvolver sua visão sistêmica, que é aprender os conceitos e conteúdos escolares no desenvolvimento das competências e habilidades próprios da educação escolar, somado aos valores e princípios éticos e morais que aprende no seio familiar.

Compreendendo a relevância de a escola e a família atuarem em sinergia, imbuídas de uma mesma visão sistêmica, na próxima subseção abordamos o papel dessas duas importantes instituições nas infâncias.

## **5.2 Papel do professor e da família nas infâncias**

Na análise de Piske, Garcia e Yunes (2020), o professor exerce grande influência no seu ambiente de trabalho e no produto de sua atuação, fora dele, nos mais diversos contextos. O que significa, ser ele responsável por aquilo que ensina e auxilia as crianças no processo de construção do conhecimento. Para as referidas pesquisadoras, os professores trazem consigo memórias e marcas impressas pela sociedade, podendo estas influenciarem sem suas ações e compromissos no exercício de suas funções de educador.

Dessa forma, é preciso que os professores tenham consciência de seu papel junto à educação escolar das crianças nas infâncias, porque são eles, uma das referências para a vida delas – a outra referência é a família. Maturana e Varela (2011 *apud* Piske; Garcia; Yunes, 2020, p. 10) para afirmarem que “a contínua mudança estrutural dos seres vivos com

conservação de sua autopoiese<sup>4</sup> acontece a cada instante, incessantemente e de muitas maneiras simultâneas. É o palpitar da vida”. Com isso, as pesquisadoras expõem que os professores devem prever suas ações mediante a importância do papel que desempenham na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Nesse contexto, Qvortrup (2010, p. 635), esclarece que

Em termos estruturais, a infância não tem um começo e um fim temporais, e não pode, portanto, ser compreendida de maneira periódica. É compreendida, mais apropriadamente, como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional. As duas noções de infância – enquanto um período e enquanto uma categoria permanente – não se contradizem. Elas podem e, de fato, coexistem lado a lado, mas os significados de ambas são bem diferentes.

O papel dos professores é fundamental na formação das crianças, pois moldam seu presente e seu futuro, auxiliam na construção do conhecimento e na interação deste com o mundo pelas crianças em suas infâncias, também nas formas como elas vão se relacionar com as pessoas e os ambientes, em suas escolhas e responsabilidades. Na visão de Piske, Garcia e Yunes (2020), é importante que os professores compreendam o papel que assumem na vida das crianças, no impacto nas ações e escolhas delas, na contribuição no mundo que elas formam e formarão, validadas por aquilo que lhes é ensinado, configuradas ao momento em que se relacionam conteúdos e professores em suas construções cotidianas.

São processos e produtos da interação entre professores e a comunidade escolar na e da qual as crianças são parte e protagonistas. Uma interação que as influencia em todos os demais relacionamentos e ambientes, no desenvolvimento de suas ações e responsabilidades, de modo que somente o conhecimento formal, construído em sala de aula não é suficiente, pois, é preciso que as crianças compreendam a necessidade e o sentido do seu próprio comprometimento, com aquilo que sabem e o que farão com os saberes apreendidos, asseveram Piske, Garcia e Yunes (2020).

A outra face da compreensão desses processos e produtos, cabe aos professores e comunidade educacional – da qual a família é parte, e da interação entre elas, que é primordial para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças nas infâncias, pois, é dessas relações que surgem as ações e compromissos para com a educação das crianças.

---

<sup>4</sup> “O conceito de autopoiese foi originalmente desenvolvido pelos pesquisadores chilenos Humberto Maturana (1928-) e Francisco Varela (1946-2001), e aparece pela primeira vez em 1972, no ensaio *De Máquinas y Seres Vivos*. Em síntese, a autopoiese surge como uma propriedade dos sistemas de se produzirem continuamente a si mesmos, num processo autorreferente que faz com que todo sistema, vivo, psíquico ou social seja ao mesmo tempo produtor e produto, autônomo e dependente.”. Disponível em: <https://autopoiesis.com.br/afinal-o-que-e-autopoiese/>

É, segundo Piske, Garcia e Yunes (2020), o desenvolvimento da capacidade de reprodução – fruto das interações das crianças com a comunidade escolar, da qual sua família e seus professores, juntamente com ela, coadunam. É ainda, o desenvolvimento da autorreprodução, expressam as referidas pesquisadoras, ao reforçarem o sentido da autopioese. Essa é dinâmica do desenvolvimento das crianças em suas infâncias no meio educação-família. Qvortrup (2010, p. 635), esclarece que

[...] a infância tanto se transforma de maneira constante assim como é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passam. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças. Hardman descreveu dessa forma em um primeiro artigo de 1973, depois reimpresso: “As crianças entram e saem dessa categoria, mas outras ocupam o seu lugar. A categoria continua a existir”.

Esse é a essência da educação que os professores precisam compreender para atuarem nas infâncias. As crianças vão se desenvolvendo ao longo das infâncias no ambiente de formação (aprendizagem e desenvolvimento integral) educação-família.

Analisando as concepções de Qvortrup (2010), e de Piske, Garcia e Yunes (2020), é possível vislumbramos o quanto é fundamental a presença e a participação dos professores e da família nas infâncias. Nessa perspectiva, enquanto categoria estrutural, a infância se traduz como um espaço social aberto para acolher novas gerações de crianças, e estas, estão cotidianamente em transformação, o que implica na compreensão da família da necessidade de sua participação na vida escolar de seus filhos nas infâncias, junto aos professores.

Nas infâncias é que as crianças experienciam suas necessidades, se desenvolvem física e cognitivamente, emocionalmente, se conforma às suas constantes transformações, próprias de todo ser humano. Por isso, é imperioso que família e professores/escola compreendam, respeitem e juntas, criem condições para que esse processo desafiador, se configure como oportunidade dessa geração (a de suas crianças) evoluir. Até porque, conforme expressa Qvortrup (2010), enquanto categoria social, os professores continuarão a receber novas gerações de infâncias, e com elas, outras famílias. Com isso, a perspectiva é de que professores/escola e família compreendam e atuem em função de um ambiente escolar no qual as crianças tenham suas necessidades respeitadas e atendidas, para que suas experiências impactem positivamente ao final das infâncias.

A harmonia e a interação entre escola e família são primordiais para a sobrevivência saudável das crianças nas infâncias, sendo o ambiente escolar, o lugar em que elas transformam e adaptam suas aprendizagens para uma próxima etapa da vida.

### **5.3 Estratégias para a maximização da aprendizagem e do desenvolvimento integral da criança**

Ao longo das infâncias, a criança habitua-se à sua coexistência, experimenta transformações, reavalia e reconstrói suas aprendizagens e desenvolvimento, cada uma em seu próprio ritmo, a partir de um conjunto de ações estruturadas para que cada processo de transição entre as infâncias seja significativo. Essa é uma reflexão necessária, pois, existe uma relação inegável entre o desenvolvimento integral das crianças, a evolução de suas aprendizagens e as estratégias que escola e família em sinergia adotam para que isso seja real.

De acordo com Piske, Garcia e Yunes (2020), a educação acontece noutros ambientes que não a escola. Em se tratando da escola e da família, as pesquisadoras apresentam as seguintes considerações:

Os professores têm um planejamento, as figuras parentais também têm, mesmo que não seja explícito e/ou não esteja documentado e registrado, os familiares também planejam e organizam os momentos pensando nas crianças. Muitas vezes, pode não ser a melhor forma de arranjo, mas existe. A própria rotina é uma forma de organização, citamos um exemplo: quando a criança acordar irá para a escola. O planejamento familiar são os combinados que se estabelecem entre o(s) adulto(s) e a(s) criança(s). As imposições em ordenar e as preocupações em impor limites sem conversar com a(s) criança(s) que precisam ser (re)pensadas: quando escutamos os pais mencionarem que não aguentam mais ver o(s) filho(s) com o celular, por exemplo, perguntamos: mas, quem ofereceu o celular para a(s) criança(s)? Quais foram os combinados? [...] fazemos isso quando mergulhamos em preocupações com o futuro e o passado e assim nos desencontramos dos outros – em especial de nossos filhos -, por não vê-los precisamente porque nossa atenção está em outra parte. A educação não formal se caracteriza por permitir novas alternativas de educação não oficializadas. O que não podemos e não devemos fazer é separar a educação, mas sim definir como maneiras de ensinar/aprender em diferentes contextos, que podem ser formais, ou não formais. (Piske; Garcia; Yunes, 2020, p. 13).

O entendimento de toda essa contextualização é importante, para que escola e família tenham algo em comum nos seus planejamentos, e que esse algo tenha como objetivo a efetivação da aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças nas infâncias.

Para Dessen e Polone (2007), ambas as instituições são espaços de aprendizagem e de formação das crianças, e contribuem para que construam outros conhecimentos – como o cultural, desenvolvam suas habilidades individuais, por meio de abordagens que sejam para elas

significativas. Nesse contexto, as mencionadas autoras argumentam que escola e família têm em seu planejamento os seguintes elementos: objetivos, conteúdos, métodos de ensino e questões afetivas, aplicações contextualizadas de diversas formas nos demais ambientes sociais (com regras e valores). Dessen e Polone (2007, p. 29) argumentam que

Na escola, as crianças investem seu tempo e se envolvem em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida) e aos informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer). Contudo, neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais é realizado de maneira mais estruturada e pedagógica do que no de casa. As práticas educativas escolares têm também um cunho eminentemente social, uma vez que permitem a ampliação e inserção dos indivíduos como cidadãos e protagonistas da história e da sociedade. A educação em seu sentido amplo torna-se um instrumento importantíssimo para enfrentar os desafios do mundo globalizado e tecnológico.

Ainda assim, com estruturas de planejamento diferentes, é comum à escola e à família a busca pelo atendimento às necessidades de formação e de desenvolvimento das crianças. Ambas enfrentam desafios para alcançarem os objetivos da educação formal (pedagógica / própria da escola e para todas as crianças) e informal (pedagógica / particular de cada família, para seus filhos).

No ambiente escolar, a escola conta de profissionais formados para lidar com o processo da educação formal, enquanto em casa, a família – seja qual for a sua estrutura, é a “equipe” da sua própria pedagogia. Entretanto, em dado momento deve haver uma fusão entre os planejamentos de forma que ambas as instituições viabilizem num só planejamento as estratégias para potencializar a aprendizagem das crianças e promover seu desenvolvimento integral.

Nesse (re)planejamento – agora comum, as estratégias devem ser elaboradas a partir da realidade das crianças em suas infâncias, associando a todos os elementos que comportam os processos de ensino e aprendizagem, numa sinergia que desperte nas crianças a aproximação entre os dois contextos que ela mais vive: ambiente escolar e familiar. Uma das estratégias, na visão de Dessen e Polone (2007, p. 29) é as escolas investirem

[...] no fortalecimento das associações de pais e mestres, no conselho escolar, dentre outros espaços de participação, de modo a propiciar a articulação da família com a comunidade, estabelecendo relações mais próximas. A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem as atividades curriculares da escola, beneficiam tanto a escola quanto a família.

Trata-se de uma estratégia crucial, por que torna a Associação de Pais e Mestres e o Conselho Escolar, um espaço comum, no qual escola e família poderão articular tantas e quantas

estratégias forem necessárias para alcançarem o objetivo comum. É uma estratégia importante, porque, como muito bem exploram o tema, Piske, Garcia e Yunes (2020, p. 14) asseveram que “As escolas têm papéis determinados e as famílias têm outros, mas à medida que a própria escola trata a família como não formal, desvaloriza os papéis que elas têm.”. Esse reconhecimento de valorização não está desprezado das responsabilidades e dos papéis que essas duas instituições têm. Ao contrário, é uma peça-chave de uma engrenagem (planejamento conjunto) que precisa caminhar na mesma direção.

Outra estratégia apresentada por Dessen e Polonia (2007), é a construção de uma rede de suporte ou de relacionamento, que se concretiza por meio de diferentes formas de envolvimento da família na escola, e desta, na família. Esse tipo de estratégia é para que uma e outra instituição possam acionar uma à outra sempre que observar alguma necessidade das crianças em suas infâncias, que precisa ser acolhida, melhor trabalhada, de modo a auxiliar no desenvolvimento delas.

Ainda em relação a essa rede de suporte, Dessen e Polonia (2007), expõem que em se tratando das famílias, as crianças recebem influência de seus pais ou responsáveis, de seu irmãos e de outras pessoas com as quais convivem, e que são importantes para seu desenvolvimento escolar e na vida em geral. Já em relação à escola, as mesmas autoras afirmam que o foco incide sobre os professores e os colegas de classe, porque é com essas pessoas que as crianças se envolvem nas atividades escolares planejadas pelos professores. Estes, por sua vez, quando necessário realizarão intervenções que impactaram de alguma forma na aprendizagem das crianças em suas infâncias.

Nesse contexto, as redes de apoio precisam ser construídas diante das mais diferentes formas de interação entre os membros da comunidade escolar, para que possam criar outras estratégias para lidar com os problemas que por ventura tenham impactado negativamente na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças, e assim, as auxiliem a superá-los. Esse é o pensamento de Ferreira e Marturano (2002 *apud* Dessen; Polonia, 2007).

Outra estratégia a ser implementada e muito poderá auxiliar nos objetivos comuns, é adequar o nível de ensino às crianças, de modo especial, quando se pretende que os pais acompanhem suas aprendizagens. Nesse sentido, Desland e Bertrand (2005 *apud* Dessen; Polonia, 2007) afirmam que a supervisão dos filhos depende das necessidades e características de suas famílias, como nos contextos do desempenho escolar, da autonomia, da idade, das infâncias.

Significa que, conforme as estratégias utilizadas não alcançando os objetivos esperados (aprendizagem efetiva e desenvolvimento integral), outras estratégias deverão ser criadas,

ajustadas às novas exigências ou necessidades das crianças que careçam de um novo movimento nessa parceria. Assim, as estratégias para efetivar as aprendizagens e promover o desenvolvimento integral das crianças, residem no estabelecimento de abordagens flexíveis e adaptativas, que envolvam o apoio equilibrado (ou sinergia) entre escola e família no compromisso de formar as crianças nas infâncias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nessa pesquisa bibliográfica e documental, estabelecer uma visão mais próxima sobre a sinergia entre escola e família na efetivação da aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças nas infâncias, a partir de suas origens e evolução social.

Analisamos as publicações científicas e literaturas tendo como base as inquietações desta autora, enquanto professora e pesquisadora da educação. Partimos dessa contextualização abordando a gênese histórica da categoria “família”, no tocante ao seu desenvolvimento sociológico ao longo do tempo, de modo que pudéssemos compreender como essa instituição vem se moldando, pois, é um fator relevante na parceria que se pretende fortalecer.

Abordamos a educação formal e o papel social da escola, destacando os aspectos históricos e legais que regem a educação brasileira, de modo particular no que se refere às infâncias. Exploramos os aspectos da escola enquanto instituição formal de ensino e em relação às suas responsabilidades no tocante à formação integral das crianças.

Discutimos as estratégias colaborativas apresentadas no cenário das referências que tratam da sinergia entre escola e família para o objetivo comum: efetivação da aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças nas infâncias. Nesse contexto, delineamos o papel de ambas as instituições e apresentamos algumas estratégias que possam contribuir na potencialização de todo esse processo da educação formal das crianças, considerando a sinergia um elemento ímpar na busca de uma educação formal mais eficaz.

Exploramos um cenário um tanto quanto complexo, devido à tantas transformações em relação ao que atualmente temos como instituição família, principalmente. A evolução no formato, na definição e na compreensão do que é ser família, quem são as pessoas que as compõem e como cada família atua e interage na educação das crianças nas infâncias, é um tema que também está alcançando as academias.

Se antes o que tínhamos como família, uma instituição formada por pai, mãe e filhos, sendo o pai o provedor de tudo e a mãe responsável pela educação dos filhos, e hoje, o que temos na sociedade não é só esse formato, então, as estratégias para trabalhar a educação formal junto com as famílias, precisam ser revistas, reestruturadas. Uma simples reunião de pais – como era antes, deu espaço a estratégias de maior participação da família na vida escolar dos filhos. O que representa o reconhecimento das responsabilidades e desafios que essas duas importantes instituições têm no atendimento às necessidades das crianças no que se refere à educação formal e também na informal. Trata-se da corresponsabilidade, de uma parceria cada

dia mais necessária em prol da criança, que precisa viver suas infâncias, aprendendo e se desenvolvendo de maneira positiva.

A diversidade do que temos como família/s reflete na percepção da educação da parte delas, o que exige das escolas uma educação mais inclusiva e sensível, de modo especial porque devemos, enquanto educadores, oferecer o acesso e a permanência equitativa e de qualidade para todas as crianças, levando em conta as suas realidades.

A pesquisa nos proporcionou refletir sobre o quanto é desafiador atender às mais diferentes realidades das crianças em suas infâncias, não só em virtude da constituição do que elas têm como família, mas, por outras situações, como a vulnerabilidade social, que levam seus pais ou responsáveis a uma maior dificuldade em participar de sua vida escolar. Além disso, a questão das desigualdades econômicas que também podem impactar na sinergia entre escola e família, que podem até mesmo culminar na exclusão das crianças da educação.

É fundamental que escola e família compreendam a importância da sinergia entre ambas para que as crianças recebam uma educação inclusiva e de qualidade, nos ambientes escolar e familiar nos quais sua coexistência seja permeada de oportunidades e conhecimentos, com suas necessidades educacionais atendidas pela participação ativa de seus professores em colaboração com suas famílias. Sendo assim, a educação formal e a informal se complementam, e contribuem para com o esvaziamento da divisão de responsabilidades entre uma instituição e a outra, no sentido de somarem-se de forma harmoniosa para o desenvolvimento integral das crianças nas infâncias.

Em relação às estratégias apresentadas nessa abordagem, destacamos a criação de redes de apoio que envolvam família e escola no processo de formação / educação formal das crianças, o fortalecimento do Conselho de Classe de da Associação de Pais e Mestres – quase extintos na contemporaneidade, no nivelamento do ensino em se considerando as diferentes realidades das crianças e de suas famílias, um planejamento escolar elaborado em parceria pela comunidade escolar, formas de participação da família na escola e da escola na família.

São estratégias que condizem com as referências utilizadas no desenvolvimento de nossa pesquisa, que nos fazem olhar com mais primor o quão importante é valorizar as crianças aprendendo e se desenvolvendo nas infâncias, pois, como vimos, elas – as infâncias passam.

Concluimos que, as estratégias estabelecidas nessa pesquisa são de extrema importância para o sucesso da formação educacional das crianças nas infâncias. Concordamos que todas as realidades experienciadas por elas em seu ambiente escolar e familiar precisam ser (re)conhecidas por ambas as instituições para que, em sinergia, construam pontes que suportem a formação que elas precisam para atuarem nos dois ambientes e na sociedade em geral.

Analisando os argumentos até aqui referenciados, podemos dizer que compete aos pais e aos professores um diálogo harmonioso acerca do processo de ensino e aprendizagem evidenciando-se neste, o papel de cada um. Por observar a importância e a necessidade da participação da família na vida escolar dos alunos bem como a boa relação entre escola e família nesse processo é que optamos por abordar o tema. Ao participar da vida escolar, os pais podem contribuir com o desenvolvimento emocional e motivacional, e até mesmo pedagógico e social de seus filhos. Dessa forma, ao considerar a importância dessa colaboração, é possível promover uma educação mais significativa para as crianças.

Sugerimos que outras pesquisas sobre nossa temática sejam realizadas, considerando esta como aporte teórico relevante, e como plano de fundo para uma pesquisa empírica, que estude no campo, como a sinergia entre escola e família se concretiza e quais seus efeitos nas crianças em suas infâncias.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, João (coord.) **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2014.
- AMARO, Fausto. A família portuguesa: Tendências actuais. **Revista Cidade Solidária**, [S. l.], p. 1-4, jul. 2004. Disponível em: [https://portugueseembadajoz.files.wordpress.com/2008/05/familia\\_portug1.pdf](https://portugueseembadajoz.files.wordpress.com/2008/05/familia_portug1.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.
- ARIÈS, Phillipe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.
- AZEREDO, Christiane Torres de. O conceito de família: origem e evolução. **Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM**, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/O+conceito+de+fam%C3%ADlia:+origem+e+e+volu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 21 out. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Maria da Conceição da Silva; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. Escola e Família: Desafios e harmonia durante o período pandêmico de 2020 no contexto dos anos iniciais. **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, Jaboaão dos Guararapes, v. 14, n. 54, p. 222-232, 2021. DOI 10.14295/online.v15i54.2961.
- BIESDORF, Rosane Kloh. O papel da educação formal e informal: Educação na escola e na sociedade. **Itinerarius Reflectionis**, Gioânia, v. 1, n. 10, p. 1-13, 2013. DOI 10.5216/rir.v1i10.1148.
- BITTENCOURT, Daniele Francisca Campos Denardin de. **Relações entre família e escola: A parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo**. 2021. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2021.
- BRASIL. **Conheça a história da educação brasileira**. s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 out. 2022.
- CORDEIRO, Roseli de Mira. **Projeto Roma: Uma alternativa para potencializar a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down**. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, 2014.

CREPALDI, Elaise Mara Ferreira. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 13., 2017. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017, p. 11733-11743. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972\\_13983.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Pesquisas Teóricas. Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr., 2007. DOI 10.1590/S0103-863X2007000100003.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FELDEN, Eliane de Lourdes *et al.* O Pedagogo no contexto contemporâneo: desafios e responsabilidades. **Vivências**, Erechim, v. 9, n. 17, p. 68-82, out. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Fernanda de Lourdes de. **A relação escola e família: análise de uma política em construção**. 2016. 258 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2016.

GATTI, Bernardete. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Diálogo educacional**, Curitiba, v. 56, n. 19, p. 25-36, set./dez. 2006.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ensino a distância cresce 474% em uma década**. INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada>. Acesso em: 21 jan. 2023.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LERNER, Rogério; CAMPOS, Maria Machado Malta; MELLO, Debora Falleiros e. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância: estudo II**. São Paulo: FMCSV, 2016. (Série Estudos do Comitê Científico).

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. Durkheim e a família: Da “Introdução à Sociologia da Família” à “Família Conjugal”. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, [S. l.], ano 9, v. 16, n. 1, p. 7-30, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23622/19277>. Acesso em: 28 out. 2022.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MELERO, Miguel López. **El Proyecto Roma**: uma experiência de educación em valores. Málaga: Ediciones Aljibe, 2003.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1982.

MONTEIRO, Tamiris. Educar e ensinar: você sabe a diferença? **Click Guarulhos**, Educação, 02 nov. 2016. Disponível em: <https://www.clickguarulhos.com.br/2016/11/02/educar-e-ensinar-voce-sabe-a-diferenca/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. A evolução do conceito de família. **Revista Pitágoras**, São Paulo, v. 3, p. 1-21, 2017. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf). Acesso em: 12 nov. 2022.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010. DOI 10.1590/S0103-166X2010000100012.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.

PINTO, Carine Isabel Both. **O lugar da infância no contexto familiar e social**: percursos construídos no município de Três Passos/RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS, 2019.

PISKE, Eliane Lima; GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Ângela Mattar. A educação das infâncias e o papel do educador. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-18, jul./set., 2020. DOI 10.5585/eccos.n54.13467.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIRINO, Leticia Nayara Gomes. **Contribuições e influências do contexto social para a aprendizagem**. 2015. 65 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2015.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVv9wZS3Pf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

SÁ, Julia Regina Romeiro Nogueira de. A pedagogia libertária no Brasil. **Pedagogia ao Pé da Letra**, 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/resumo-a-pedagogia-libertaria-no-brasil/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SÁ, Robison. Concepção Pedagógica Tradicional. **InfoEscola**, Pedagogia, 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/concepcao-pedagogica-tradicional/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANTANA, Ana Lúcia. Educação: Método Renovado. **InfoEscola**, Pedagogia, 2010. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/educacao-metodo-renovado/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 122-134, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SILVA, Anderson Vicente da. O que é família? **Blog Café com Sociologia**, mar. 2021. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/wp-content/uploads/2021/03/O-que-fami%CC%81lia-Texto-para-o-Blog-Cafe%CC%81-com-Sociologia.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, João Carlos da. O tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da Educação Nova. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 521-539, set./dez., 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v20n44/v20n44a08.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUZA, Ivan Braga de. Evolução do FUNDEB e sua constitucionalização permanente: percepções epistemológicas e os benefícios acadêmicos, sociais e econômicos. **Revista GeSec**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 14309-14324, 2023. DOI 10.7769/gesec.v14i8.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 2. ed. Brasília: Liber livro, 2009.